Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

CMA Terminals Atlantic S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da CMA Terminals Atlantic S.A. (“Companhia”) relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia iniciou suas atividades em 21 de agosto de 2024 e tem como atividades principais a participação em outras sociedades empresariais ou simples, na condição de quotista ou acionista, e operação e administração de atividades de terminais portuários.

Em 12 dezembro de 2025 finalizou a aquisição das ações da Santos Brasil Participações S.A., sendo detentora de 100% das ações.

São Paulo, 18 de junho de 2026.

A Administração.

CMA Terminals Atlantic S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....1

Demonstrações Financeiras Auditadas

Balanços patrimoniais.....4
Demonstrações dos resultados.....6
Demonstrações dos resultados abrangentes.....7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - controladora e consolidado.....8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....9
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....11

Shape the future
with confidence

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e acionistas da
CMA Terminals Atlantic S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CMA Terminals Atlantic S.A ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho indivdual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Shape the future
with confidence

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

Shape the future
with confidence

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de junho de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S. Ltda.
CRC SP-034519/O

Flávio de Luna Fragoso
Contador CRC PE-026316/O

CMA Terminals Atlantic S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado
	Notas	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	**12.456**	28.870	**747.473**
Contas a receber	6	**-**	-	**384.899**
Estoques	-	**-**	-	**40.061**
Tributos a recuperar	-	**1.374**	-	**10.064**
Dividendos a receber	4.a	**8.717**	-	**-**
Instrumentos financeiros derivativos	21.a	**-**	-	**616**
Outros ativos	-	**-**	-	**25.040**
Total do ativo circulante		**22.547**	28.870	**1.208.153**
Não circulante				
Aplicações financeiras	5.b	**-**	-	**18.211**
Depósitos judiciais	13	**-**	-	**87.417**
Ativo fiscal diferido	19.b	**128.650**	-	**195.202**
Precatórios a receber	-	**-**	-	**7.864**
Instrumentos financeiros derivativos	21.a	**-**	-	**2.025**
Outros ativos	-	**-**	-	**26.339**
				-
Investimentos	8	**11.780.343**	352.409	**-**
Imobilizado	9	**-**	-	**14.948.165**
Intangível	10	**-**	-	**1.141.463**
Total do ativo não circulante		**11.908.993**	352.409	**16.426.686**
Total do ativo		**11.931.540**	381.279	**17.634.839**

	Notas	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2025
Passivo				
Circulante				
Empréstimos e financiamentos	11	**-**	-	**8.704**
Debêntures	12	**-**	-	**178.911**
Empréstimos com partes relacionadas	4.b	**189.132**	-	**189.132**
Fornecedores	-	**34.006**	32.262	**195.425**
Salários e obrigações sociais	-	**-**	-	**111.752**
Impostos, taxas e contribuições	-	**6.039**	35	**59.448**
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	**-**	-	**36.176**
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	-	**-**	-	**71**
Arrendamento mercantil	14	**-**	-	**350.629**
Conta corrente partes relacionadas	4.c	**-**	3.750	**-**
Outros passivos	-	**-**	-	**982**
Total do passivo circulante		**229.177**	36.047	**1.131.230**
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	11	**-**	-	**496.295**
Debêntures	12	**-**	-	**2.135.832**
Empréstimos com partes relacionadas	4.b	**5.460.562**	-	**5.460.562**
Fornecedores	-	**-**	-	**33.028**
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	13	**-**	-	**139.609**
Passivo fiscal diferido	19.b	**-**	-	**928.795**
Passivos atuariais - assistência médica complementar	20	**-**	-	**16.995**
Arrendamento mercantil	14	**-**	-	**1.042.826**
Outros passivos	-	**-**	-	**7.866**
Total do passivo não circulante		**5.460.562**	-	**10.261.808**
Patrimônio líquido				
Capital social	15.a	**6.557.700**	372.948	**6.557.700**
Transações com acionistas não controladores	7 / 15.c	**(199.344)**	-	**(199.344)**
Prejuízos acumulados	-	**(113.328)**	(27.716)	**(113.328)**
Ajustes de avaliação patrimonial	15.d	**(3.227)**	-	**(3.227)**
Total do patrimônio líquido		**6.241.801**	345.232	**6.241.801**
Total do passivo e patrimônio líquido		**11.931.540**	381.279	**17.634.839**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

CMA Terminals Atlantic S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado Periodo de maio a dezembro
		2025	2024	2025
Receita líquida de vendas	16	**-**	-	**2.464.032**
Custo dos serviços prestados	17	**-**	-	**(1.425.614)**
Lucro bruto		**-**	-	**1.038.418**
Despesas com vendas	17	**-**	-	**(149.003)**
Provisão para perdas de créditos esperados	17	**-**	-	**(6.992)**
Despesas gerais e administrativas	17	**(278.414)**	(36.207)	**(418.643)**
Equivalência patrimonial	8	**87.904**	-	**-**
Ganho na remensuração de participação em controlada	8	**12.615**	-	**12.615**
Outras receitas operacionais	-	**-**	-	**13.667**
Outras despesas operacionais	-	**-**	-	**(1.138)**
(Prejuízo) lucro operacional antes do resultado financeiro		**(177.895)**	(36.207)	**488.924**
Receitas financeiras	18	**156.487**	8.777	**238.339**
Despesas financeiras	18	**(192.854)**	(286)	**(499.129)**
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**(214.262)**	(27.716)	**228.134**
Imposto de renda e contribuição social				
Imposto de renda e Contribuição Social - Corrente	19.a	**-**	-	**(307.307)**
Imposto de renda e Contribuição Social - Diferido	19.a	**128.650**	-	**141.061**
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		**(85.612)**	(27.716)	**61.888**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício atribuído a:				
Acionistas controladores				**(85.612)**
Acionistas não controladores				**147.500**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

CMA Terminals Atlantic S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado Periodo de maio a dezembro
	2025	**2024**	**2025**
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	**(85.612)**	(27.716)	**61.888**
Outros resultados abrangentes:			
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de controlada	**(3.227)**	-	**-**
Assistência médica complementar		-	**(4.889)**
Imposto de renda e contribuição social diferidos			**1.662**
Resultado abrangente do exercício	**(88.839)**	(27.716)	**58.661**
Atribuído aos:			
Acionistas controladores	**-**	-	**(88.839)**
Acionistas não controladores	**-**	-	**147.500**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

CMA Terminals Atlantic S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - controladora e consolidado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Transações com acionistas não controladores	Prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023		-	-	-	-	-
Integralização de capital	-	372.948	-	-	-	372.948
Prejuízo do exercício		-	-	(27.716)	-	(27.716)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		372.948	-	(27.716)	-	345.232
Integralização de capital	15.b	**6.184.752**	**-**	**-**	**-**	**6.184.752**
Transações com acionistas não controladores	7	**-**	**(199.344)**	**-**	**-**	**(199.344)**
Prejuízo do exercício		**-**	**-**	**(85.612)**	**-**	**(85.612)**
Passivo atuarial - despesas médicas - controlada	15.d	**-**	**-**	**-**	**(3.227)**	**(3.227)**
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**6.557.700**	**(199.344)**	**(113.328)**	**(3.227)**	**6.241.801**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

CMA Terminals Atlantic S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado Periodo de maio a dezembro
	2025	**2024**	**2025**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	**(214.262)**	(27.716)	**228.134**
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa das atividades operacionais			
Variações monetárias e cambiais	**-**	-	**27.050**
Depreciação e amortização	**-**	-	**581.205**
Constituição de provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	**-**	-	**17.035**
Provisão para perdas de créditos esperadas	**-**	-	**9.767**
Ganho de capital sobre ações a mercado	**-**	(8.777)	**-**
Remensuração participação em controlada	**(12.615)**	-	**(12.615)**
Equivalência patrimonial	**(87.904)**	-	**-**
Baixas e resultado na venda de ativos permanentes	**-**	-	**3.246**
Assistência médica complementar	**-**	-	**(135)**
Juros sobre debêntures	**-**	-	**130.885**
Juros sobre empréstimos apropriados	**189.132**	-	**207.956**
Juros sobre aplicações financeiras	**-**	-	**(1.600)**
Juros sobre arrendamento mercantil	**-**	-	**112.618**
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber	**-**	-	**(14.484)**
Estoques	**-**	-	**(8.154)**
Ativo fiscal corrente	**(1.374)**	-	**67**
Depósitos judiciais	**-**	-	**92.657**
Outros ativos	**-**	-	**4.300**
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	**1.744**	32.262	**7.883**
Salários e obrigações sociais	**-**	-	**19.612**
Impostos, taxas e contribuições	**6.004**	35	**(68.491)**
Conta corrente partes relacionadas	**(3.750)**	-	**(3.750)**
Outros passivos	**-**	-	**13**
Imposto de renda e contribuição social pagos	**-**	-	**(279.687)**
Baixas de contingências com pagamento	**-**	-	**(20.372)**
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	**(123.025)**	(4.196)	**1.033.140**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisição de controlada, líquido do caixa adquirido	**(5.628.890)**	(343.632)	**(5.193.800)**
Aquisição de bens do imobilizado	**-**	-	**(417.305)**
Aumento do ativo intangível	**-**	-	**(25.259)**
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(5.628.890)**	(343.632)	**(5.636.364)**

CMA Terminals Atlantic S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado Periodo de maio a dezembro
	2025	**2024**	**2025**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento (Redução) de capital social	**6.184.752**	372.948	**6.184.752**
Aquisição de participação de não controladores	**(5.909.813)**	-	**(6.105.648)**
Empréstimos captados com partes relacionadas	**5.460.562**	3.750	**5.460.562**
Pagamentos de empréstimos e debêntures	**-**	-	**(6.964)**
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos	**-**	-	**(2.010)**
Juros pagos por debêntures / empréstimos	**-**	-	**(113.008)**
Pagamentos arrendamento mercantil	**-**	-	**(95.829)**
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	**-**	-	**(28)**
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**5.735.501**	376.698	**5.321.827**
(REDUÇÃO) AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA LÍQUIDOS	**(16.414)**	28.870	**718.603**
(REDUÇÃO) AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA LÍQUIDOS REPRESENTADO POR			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**28.870**	-	**28.870**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**12.456**	28.870	**747.473**
	(16.414)	28.870	**718.603**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

A CMA Terminals Atlantic S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima, com sede social localizada na Avenida Paulista, 283, 12º andar, conjunto 121, Bela Vista, município de São Paulo, estado de São Paulo. A Companhia iniciou suas atividades em 21 de agosto de 2024 e tem como atividades principais a participação em outras sociedades empresariais ou simples, na condição de quotista ou acionista, e operação e administração de atividades de terminais portuários.

1.1. Aquisição da Santos Brasil Participações S.A.

Em 24 de abril de 2025, a Companhia, em conjunto com a parte relacionada CMA Terminals Project ("Compradoras), adquiriu o controle da Santos Brasil Participações S.A. ("Santos Brasil" ou "Investida"), mediante o fechamento e consumação da operação objeto do "Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças", datado de 22 de setembro de 2024 ("Operação"). O preço final por ação, pago em dinheiro, foi de R$13,601023147 (treze reais vírgula seis, zero, um, zero, dois, três, um, quatro, sete). Em razão da Operação, as Compradoras adquiriram (i) 214.991.864 ações ordinárias de emissão da Investida, e (ii) 39.779.406 Global Depositary Receipts - GDRs (cujos valores mobiliários subjacentes são 198.897.030 ações ordinárias de emissão da Investida); representando aproximadamente 47,9% do capital da Investida em bases totalmente diluídas.

Dessa forma, e considerando também a aquisição de ações por subsidiária da CMA CGM, conforme divulgado ao mercado em Fato Relevante datado de 30 de setembro de 2024, o Grupo CMA CGM, em decorrência do fechamento da Operação, passou a ser titular de (i) 241.831.864 ações ordinárias de emissão da Investida, e (ii) 39.779.406 GDRs, representando, na presente data, aproximadamente 51% do capital da Companhia em bases totalmente diluídas.

Em 11 de setembro de 2025, a Companhia adquiriu através de Oferta Pública de Aquisição ("OPA") 363.562.555 ações ordinárias, equivalentes a 42,07% do capital social da Investida, ao preço de R$14,38 por ação, totalizando R$5.228.030. Após a liquidação financeira, a Companhia passou a deter, direta ou indiretamente, 804.291.449 ações ordinárias, equivalentes a 93,07% do capital total da Investida. Em decorrência dessa aquisição adicional, a Investida deixou de ser listada no segmento especial do Novo Mercado, e, em 12 de setembro de 2025, protocolou pedido de conversão de seu registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM da categoria "A" para categoria "B".

Em 12 de dezembro de 2025, a Investida efetivou o resgate compulsório e o cancelamento da totalidade das 13.152.205 ações de sua emissão que estavam em circulação, conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de novembro de 2025. Com essas medidas, a Companhia passou a deter o controle integral de 100% das ações ordinárias das investidas.

Os efeitos contábeis estão descritos na nota explicativa nº 7.

1.2. Consolidação

Em decorrência da combinação de negócios mencionada no item 1.1 desta nota explicativa, a Companhia passou a apresentar a partir de 24 de abril de 2025 demonstrações financeiras consolidadas, que incluem as informações da Companhia e das seguintes controladas integrais:

	Participação - %
	31.12.2025
Controlada direta:	
Santos Brasil Participações S.A.	**100**
Controladas indiretas:	
Numeral 80 Participações S.A. ("Numeral 80") *	**100**
Pará Empreendimentos Financeiros S.A. ("Pará Empreendimentos") **	**100**
Santos Brasil Logística S.A. ("Santos Brasil Logística")	**100**
Terminal Portuário de Veículos S.A. ("TPV") *	**100**
Terminal de Veículos de Santos S.A. ("Terminal de Veículos/TEV")	**100**
Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A. ("Tecon Vila do Conde")	**100**

(*) Companhias não operacionais;

(**) Holding.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foi autorizada pela Diretoria em 18 de junho de 2026.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real - R$, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Estimativas e julgamentos contábeis

Na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e controladas e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 7 - contexto: determinação se de fato a Companhia detém o controle;
- Nota explicativa nº 14 - classificação de arrendamento mercantil.

As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2026, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.3. Estimativas e julgamentos contábeis--Continuação

- Notas explicativas nº 9 e 10 - teste de redução do valor recuperável: principais premissas em relação aos valores recuperáveis de imobilizado e intangível;
- Nota explicativa nº 13 - reconhecimento e mensuração de provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis;
- Nota explicativa nº 19.b - reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos;
- Nota explicativa nº 20 - mensuração e principais premissas de passivos atuariais - assistência médica complementar.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui a avaliação e responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

Os dados não observáveis significativos são revisados regularmente, bem como os ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, são analisadas as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPCs, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações ("inputs") utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis).

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.3. Estimativas e julgamentos contábeis--Continuação

Mensuração do valor justo--Continuação

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 7 - determinação do valor justo dos ativos líquidos identificados e adquiridos em combinações de negócios.
- Nota explicativa nº 21 - Instrumentos financeiros derivativos ou não derivativos.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas pela Companhia e por suas controladas, de maneira consistente, em todos os exercícios apresentadas nestas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

a) Base de consolidação

Controladas

As informações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle, até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação são utilizadas as informações contábeis das controladas na mesma data-base de apresentação das demonstrações financeiras.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Base de consolidação--Continuação

Investimentos em entidades contabilizados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre a Companhia e suas controladas, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre estas empresas, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Combinações de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

A Companhia determina que adquiriu um negócio quando o conjunto adquirido de atividades e ativos inclui, no mínimo, um *input* - entrada de recursos e um processo substantivo que juntos contribuam significativamente para a capacidade de gerar *output* - saída de recursos. O processo adquirido é considerado substantivo se for essencial para a capacidade de desenvolver ou converter o *input* - entrada de recursos adquirido em outputs - saídas de recursos, e os *inputs* - entradas de recursos adquiridos incluírem tanto a força de trabalho organizada com as habilidades, conhecimentos ou experiência necessários para executar esse processo; ou for fundamental para a capacidade de continuar a produzir outputs e é considerado único ou escasso ou não pode ser substituída sem custo, esforço ou atraso significativos na capacidade de continuar produzindo *outputs* - saída de recursos.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Base de consolidação--Continuação

Combinações de negócios--Continuação

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia e suas controladas, que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades.

b) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras nas datas de apresentação das demonstrações financeiras são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquelas datas.

c) Receita operacional

A receita de serviços das controladas é reconhecida no resultado em virtude da respectiva prestação e está relacionada, principalmente, a operações de cais, armazenagem alfandegada e operações logísticas. As operações de cais referem-se, basicamente, ao embarque e desembarque de contêineres dos navios e são reconhecidas no resultado em virtude da conclusão das operações de cada navio. A armazenagem alfandegada está relacionada à armazenagem de carga de importação ou de exportação. A receita de armazenagem é reconhecida no resultado no momento do desembaraço aduaneiro e da retirada da carga importada pelo importador ou do embarque no navio da carga exportada. As operações logísticas são referentes, principalmente, ao transporte e à armazenagem nos centros de distribuição. A receita de armazenagem é reconhecida no resultado, quinzenalmente ou mensalmente, de acordo com o contrato do cliente, e a receita de frete é reconhecida quando ocorre a entrega da mercadoria que foi armazenada.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

d) Instrumentos financeiros e de patrimônio

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que sejam contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado - VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA (instrumento de dívida); ao VJORA (instrumento patrimonial); ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros classificados como VJORA.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

d) Instrumentos financeiros e de patrimônio--Continuação

Classificação e mensuração subsequente--Continuação

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e suas controladas podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes - ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira p**o**rque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

As controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

3. **Principais políticas contábeis**--Continuação

d) Instrumentos financeiros e de patrimônio--Continuação

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros, caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos patrimoniais ou de dívida classificados como VJORA.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

d) Instrumentos financeiros e de patrimônio--Continuação

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e suas controladas realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

d) Instrumentos financeiros e de patrimônio--Continuação

Capital social - Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como redução do patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

Instrumentos de patrimônio

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

e) Ajuste a valor presente

As contas das controladas sujeitas a ajuste a valor presente são: empréstimos e financiamentos, debêntures, poder concedente e arrendamento mercantil. A mensuração do ajuste é realizada por modelo de fluxo de caixa futuro, de acordo com as taxas contratuais, descontados a valor presente utilizando taxas de mercado. As informações utilizadas para as projeções são divulgadas pela B3 - Brasil Bolsa Balcão, BC - Banco Central do Brasil, ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais, entre outros.

f) Estoques

Os estoques das controladas estão representados, principalmente, por itens de manutenção e são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excedem ao valor de mercado.

g) Investimentos

Os investimentos em controladas e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo, ou que estejam sob controle comum, são avaliados pela equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

h) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado das controladas são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("*impairment*") acumuladas, quando necessário.

Os equipamentos de carga apresentados no imobilizado são equipamentos não reversíveis ao final dos contratos de arrendamentos.
O *software* comprado, que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e suas controladas e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado, conforme incorridos.

Depreciação

Reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo de arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que irá obter a propriedade ao final do prazo de arrendamento.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativas estão apresentadas na nota explicativa nº 9.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

i) Ativos intangíveis

Direito de exploração

O direito de exploração de controladas é reconhecido mediante aos contratos de arrendamentos de áreas portuárias de circulante em contrapartida ao reconhecimento a valor presente das parcelas fixas e variáveis mínimas (movimentações mínimas contratuais) fixadas no contrato de arrendamento, no passivo, em rubrica especialmente criada para esse fim "Obrigações com poder concedente".

Ágio

O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis nas demonstrações financeiras consolidadas.

O ágio gerado nas aquisições de entidades que detêm direitos de exploração é amortizado pelo prazo do contrato e não leva em consideração a renovação.

Outros ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há ativos intangíveis gerados internamente.

Gastos subsequentes

Capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados nos ativos específicos aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

i) Ativos intangíveis--Continuação

Amortização--Continuação

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Quando aplicável, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

j) Ativos arrendados

No início de um contrato, as controladas avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Os contratos de arrendamentos de áreas portuárias, são considerados como ativos arrendados em contrapartida ao reconhecimento a valor presente das parcelas fixas e variáveis mínimas (movimentações mínimas contratuais) fixadas no contrato de arrendamento, no passivo. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia e suas controladas utilizam a definição de arrendamento no CPC 06 (R2).

Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, as controladas alocam a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia e suas controladas optaram por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

j) Ativos arrendados--Continuação

Como arrendatário--Continuação

As controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e de suas controladas. Geralmente, a Companhia e suas controladas usam sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

As controladas determinam sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

3. Principais políticas contábeis--Continuação

j) Ativos arrendados--Continuação

Como arrendatário--Continuação

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se as controladas alterarem suas avaliações se exercerão uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido à zero.

As controladas apresentam ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia e suas controladas optaram por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos circulantes, incluindo equipamentos de TI. A Companhia e suas controladas reconhecem os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

j) Ativos arrendados--Continuação

Como arrendador

A Companhia e suas controladas não possuem contratos de arrendamentos em que sejam arrendadores.

k) Redução ao valor recuperável ("impairment")

Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

As controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos de contrato.

As controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica das controladas, na avaliação de crédito.

As controladas presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

k) Redução ao valor recuperável ("impairment")--Continuação

Ativos financeiros não derivativos--Continuação

Instrumentos financeiros e ativos contratuais--Continuação

As controladas consideram um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito da Companhia e suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

As controladas consideram que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento":

- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro;
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos às controladas de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que as controladas esperam receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

k) Redução ao valor recuperável ("impairment")--Continuação

Ativos financeiros não derivativos--Continuação

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, as controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não têm expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, as controladas adotam a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, as controladas fazem uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. As controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos das controladas para a recuperação dos valores devidos.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

k) Redução ao valor recuperável ("impairment")--Continuação

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros das controladas, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio que não tenha vida útil definida, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

Para fins de análise de *impairment* foram definidas como unidades geradoras de caixa os contratos de concessão portuária, sendo os contratos da Tecon Santos, Tecon Imbituba, Terminal de Carga Geral Imbituba e Terminais de Graneis Líquidos Itaqui alocados na controladora e os contratos Terminal de Veículos - TEV e Tecon Vila do Conde alocados em suas controladas Terminal de Veículos de Santos S.A. e Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A., respectivamente. Adicionalmente, também foi definido com uma UGC, as operações de logística realizadas unicamente pela sua controlada Santos Brasil Logística S.A. A base para avaliação e testes anuais é 31 de dezembro.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

l) Benefícios a empregados

Benefícios de término de vínculo empregatício

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como despesa quando estão comprovadamente comprometidos, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício devido a uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso tenha sido feita uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data de apresentação das demonstrações financeiras, eles são descontados a seus valores presentes.

Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago relativo aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros se a Companhia e suas controladas tiverem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em virtude de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

Plano de contribuição definida

As controladas fornecem a seus colaboradores benefícios que englobam, basicamente, plano de previdência privada com contribuição definida administrado pela Brasilprev.

Assistência médica complementar

Os gastos com o plano de assistência médica na aposentadoria são reconhecidos pelo Método da Unidade de Crédito Projetada com base em avaliação atuarial realizada anualmente nas datas de apresentação das demonstrações financeiras. O custo de serviços passados é amortizado pelo método linear pelo período médio até que os benefícios tenham sido adquiridos.

A obrigação com benefícios de assistência médica reconhecida no balanço patrimonial representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos, ajustada por ganhos e perdas atuariais e pelo custo dos serviços passados, conforme nota explicativa nº 20.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

m) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e for provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, conforme avaliação de risco dos assessores legais da Companhia e suas controladas.

n) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, que são reconhecidas no resultado por meio do método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado por meio do método da taxa efetiva de juros.

o) Imposto de renda e contribuição social

Os valores desses tributos do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240 para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas nas datas de apresentação das demonstrações financeiras, e qualquer ajuste nos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação aos prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade nem o lucro ou prejuízo tributável; e diferenças relacionadas a investimentos em controladas e entidades controladas quando for provável que elas não revertam em um futuro previsível. Além disso, o imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, com base nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até as datas de apresentação das demonstrações financeiras.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

o) Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e eles se relacionem a imposto de renda lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação, estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de apresentação das demonstrações financeiras e serão reduzidos à medida que sua realização não for mais provável.

p) Demonstrações dos fluxos de caixa

A Companhia e suas controladas optaram por classificar os juros pagos e recebidos como fluxo de caixa de financiamento, e os dividendos e juros sobre o capital próprio, recebidos como fluxo de caixa de investimento, opção essa prevista nos termos do pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

q) IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro)

Essa interpretação estabelece requisitos de reconhecimento e mensuração em situações em que a Companhia e suas controladas tenham definido durante o processo de apuração dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social) a utilização de tratamentos fiscais incertos, que podem vir a ser questionados pela autoridade fiscal. Em situações em que determinados tratamentos sejam incertos, a Companhia e suas controladas devem definir a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais em relação ao tema e apresentá-los em separado, apurando eventual contingência se concluído que a autoridade fiscal não aceitará tal tratamento.

A Administração da Companhia e suas controladas consideram os aspectos do IFRIC 23 (ICPC 22) e revisam os julgamentos efetuados na apuração do imposto de renda e contribuição social, concluindo não haver tratamentos incertos utilizados em suas demonstrações financeiras, uma vez que todos os procedimentos adotados para o recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação aplicável e precedentes judiciais.

3. Principais políticas contábeis--Continuação

r) Reforma Tributária

Em decorrência da promulgação da Emenda Constitucional nº 132/2023, o sistema tributário brasileiro passa por um processo estruturante de reforma, com a substituição gradual de tributos incidentes sobre o consumo — como PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI — pelos novos tributos Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), cujas regras de transição, alíquotas, regimes específicos e operacionais ainda dependem de regulamentação por meio de leis complementares e atos infralegais.

A implementação da Reforma Tributária ocorrerá de forma faseada ao longo dos próximos exercícios, podendo resultar em impactos relevantes na carga tributária efetiva, na dinâmica de aproveitamento de créditos, nos preços de venda, nos fluxos de caixa, bem como na mensuração de ativos e passivos tributários, incluindo impostos diferidos.

Considerando que parte significativa dos efeitos econômico-financeiros da Reforma Tributária ainda depende de definições normativas e operacionais futuras, existe incerteza quanto aos seus impactos finais sobre os resultados, a posição patrimonial e financeira e o desempenho futuro da Companhia e suas controladas.

A Administração da Companhia e suas controladas acompanham continuamente a evolução do processo de regulamentação da Reforma Tributária, avaliando seus potenciais efeitos e adotando as medidas necessárias para adequação aos novos dispositivos legais, revisando suas estimativas contábeis sempre que aplicável, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

s) Novos pronunciamentos, interpretações e alterações

Alterações nas normas de contabilidade

A Companhia e suas controladas aplicaram pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia e suas controladas decidiram não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes:

- CPC 18 (R3): Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09: Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial - a atualização do CPC 18 permite a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo mudanças nas normas internacionais; A ICPC 09, que não tinha correspondência direta com normas do IASB, foi atualizada para alinhar sua redação com as mudanças posteriores observadas nos documentos do CPC; e

3. Principais políticas contábeis--Continuação

s) Novos pronunciamentos, interpretações e alterações--Continuação

Alterações nas normas de contabilidade--Continuação

- CPC 02(R2): Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1): Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade - incorpora alterações do IASB relacionadas ao *Lack of Exchangeability*, afetando o Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) e o CPC 37 (R1). As mudanças definem o conceito de moeda conversível e orientam sobre procedimentos para moedas não conversíveis, estabelecendo que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação.

Os pronunciamentos novos ou revisados com validade pela primeira vez nos períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2025 não apresentaram impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Novas normas e pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas e não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis combinadas, estão descritas a seguir:

- IFRS S1: *General Requirements for Disclosure of Sustainability-related Financial Information* e IFRS S2: *Climate-related Disclosures*. No Brasil, foram endossados pela CVM por meio da Resolução nº 193 emitida em 2023, que estabelece as principais diretrizes a serem observadas na elaboração dos relatórios de sustentabilidade pelas companhias brasileiras;
- IFRS 18 (CPC 51): Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras - substitui o IAS 1 e estabelece novos requisitos para a apresentação das demonstrações financeiras, especialmente na demonstração do resultado do exercício;
- IFRS 19 (CPC 52): *Subsidiaries Without Public Accountability: Disclosures*: estabelece requisitos de divulgação reduzidos para entidades elegíveis que sejam controladas, não possuam responsabilidade pública e tenham controladora que elabore demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as normas IFRS, mantendo-se os critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação previstos nos demais pronunciamentos.

A Companhia e suas controladas decidiram não adotar antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes e está avaliando a adoção das normas acima. Nesse momento, exceto pela norma S1 S2 e o IFRS 18 que gerarão relatórios e informações adicionais a serem divulgadas ou apresentadas pela administração, a Companhia e suas controladas não esperam impactos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

4. Transações com partes relacionadas

A partir de 24 de abril de 2025 (data de aquisição de controle), a controlada Santos Brasil Participações S.A. passou a ser considerada uma parte relacionada. Consequentemente, as transações da Investida com o Grupo CMA CGM passaram a ser reportadas nessa nota explicativa.

a) Dividendos a receber - controladora

	31.12.2025
Ativo circulante:	
Dividendos a receber:	
Controlada direta:	
Santos Brasil Participações S.A.	**8.717**

b) Empréstimos com partes relacionadas - controladora e consolidado

	Juros	Indexador	Vencimento principal	31.12.2025
CMA CGM S.A.	**7,09 a 7,12% a.a.**	**US$**	**25/04/30 a 15/09/2030**	**5.649.694**
(-) Circulante				**(189.132)**
Não circulante				**5.460.562**

Para efetuar a aquisição das ações ordinárias da Santos Brasil Participações S.A., a Companhia obteve empréstimos com a parte relacionada CMA CGM S.A. Os contratos são denominados em dólares norte-americanos (US$) e preveem o pagamento trimestral dos juros ou, de acordo com a opção do credor, podem ser incorporados anualmente ao montante principal da dívida para pagamento futuro na data de vencimento dos empréstimos. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve pagamento de juros. Os juros incorridos no exercício foram no montante de R$189.132, e foram reconhecidos como despesa financeira nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

4. Transações com partes relacionadas--Continuação

c) Outros saldos - Ativos e Passivos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	**31.12.2024**	**31.12.2025**	**31.12.2024**
Outras partes				
Ativo circulante:				
Contas a receber de clientes (I)				
CMA CGM S.A.	**-**	-	**57.403**	-
Mercosul Line Navegação e Logística Ltda.	**-**	-	**3.026**	-
Total de outras partes relacionadas - ativo	**-**	-	**60.429**	-
Passivo circulante:				
Conta corrente com partes relacionadas (II)				
Ceva Logistics	**-**	2.882	**-**	-
CMA CGM do Brasil	**-**	868	**-**	-
Total de outras partes relacionadas - passivo		3.750		

(I) As controladas prestam serviços portuários e de transporte em condições comerciais acordadas entre as partes.

(II) Suporte financeiro e operacional no pagamento dos custos incorridos na aquisição de 3,11% das ações da Santos Brasil Participações realizada em 2024.

d) Prestação de serviço portuário - consolidado

	31.12.2025
Santos Brasil Participações para:	
CMA CGM S.A.	**346.912**
Bollore Logistics Brazil Ltda.	**7**
Ceva Freight Management do Brasil Ltda.	**326**
Mercosul Line Navegação e Logística Ltda.	**43.023**
Santos Brasil Logística para:	
CMA CGM S.A.	**160**
Ceva Freight Management do Brasil Ltda.	**3**
Tecon Vila do Conde para:	
CMA CGM S.A.	**6.935**

e) Remuneração do pessoal-chave

	Consolidado	
	31.12.2025	
	Conselho de Administração	**Diretoria**
Benefícios circulante	**753**	**21.825**
Outros benefícios	**-**	**1.034**
Total	**753**	**22.859**

Nos valores da remuneração da Diretoria estão incluídos os diretores estatutários e os demais diretores das controladas.

4. Transações com partes relacionadas--Continuação

f) Fianças

Em 26 de agosto de 2019, o Conselho de Administração da controlada Santos Brasil Participações S.A. deliberou a concessão de garantia por fiança para a realização da 1ª emissão de debêntures simples da controlada indireta Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A., não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, no montante total de R$60.000. A operação foi liquidada em 3 de dezembro de 2019 e seu vencimento ocorre em 15 de novembro de 2031.

5. Caixa e equivalentes de caixa e outras aplicações financeiras

a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado
	31.12.2025	**31.12.2024**	**31.12.2025**
Caixa e bancos	**15**	28.870	**25.357**
Aplicações financeiras	**12.441**	-	**722.116**
Total	**12.456**	28.870	**747.473**

		31.12.2025	
	Vencimento	**Controladora**	**Consolidado**
	2026	**12.441**	**514.298**
	2027	**-**	**188.745**
Certificado de depósito bancário - CDB	2030	**-**	**19.073**
Total		**12.441**	**722.116**

b) Aplicações financeiras - Não circulante

		Consolidado
Natureza das outras aplicações financeiras	**Vencimento**	**31.12.2025**
Certificado de depósito bancário - CDB	2040	**18.211**

Como exigibilidade contratual do financiamento FNE, a controlada Santos Brasil possui uma conta corrente restrita denominada “conta reserva”, cedida fiduciariamente ao banco credor o Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB, cujo saldo em 31 de dezembro de 2025, no montante de R$18.211, deverá ser mantido durante todo o prazo contratual, na equivalência de 3% (três por cento) dos valores efetivamente desembolsados. Tais recursos são considerados como outras aplicações financeiras não circulantes, via CDB´s e/ou Fundos de baixo risco.

5. Caixa e equivalentes de caixa e outras aplicações financeiras--Continuação

b) Aplicações financeiras - Não circulante--Continuação

As taxas médias das aplicações financeiras estão relacionadas à taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e Compromissada, referem-se às remunerações obtidas no período de janeiro a dezembro de 2025. As aplicações variaram de 94,00% a 102,00% do CDI ao longo do exercício findo em dezembro de 2025.

Os saldos de "Caixa e Equivalentes de Caixa" e as "Aplicações Financeiras" são mantidos com bancos que possuem *rating* entre BB- e AAA, baseado nas agências de *rating* S&P (*Standard & Poor's)* e *Fitch Ratings* e Moody's.

6. Contas a receber de clientes

	Consolidado 31.12.2025
Contas a receber de clientes	**285.207**
Contas a receber de clientes a faturar	**47.175**
Partes relacionadas (nota explicativa nº 4.c)	**63.415**
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	**(10.898)**
Total	**384.899**

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:

	Consolidado 31.12.2025
Créditos a vencer	**324.341**
Créditos em atraso até 60 dias	**52.188**
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	**4.098**
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	**3.405**
Créditos em atraso de 181 a 360 dias	**9.213**
Créditos em atraso há mais de 361 dias	**2.552**
Total	**395.797**

Redução por perda do valor recuperável

A provisão para perdas de crédito esperadas é constituída, mediante análise do risco de crédito e do comportamento histórico da inadimplência. Para tanto, são considerados os créditos vencidos e a vencer para cálculo e constituição da provisão.

6. Contas a receber de clientes--Continuação

Redução por perda do valor recuperável--Continuação

Os quadros a seguir refletem a variação da provisão para perdas de crédito esperadas no resultado no consolidado:

	Consolidado
Saldo em 31.12.2024	-
Aquisição de controlada	**6.068**
Adições (reversões), líquidas	**9.767**
Baixas	**(4.937)**
Saldo em 31.12.2025	**10.898**

7. Combinações de negócios e aquisição de participação societária remanescente de não controladores

Aquisição da Santos Brasil Participações S.A.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.1, a Operação de aquisição da Santos Brasil foi estruturada como uma transação única. A Operação compreendeu a aquisição de 47,9% do capital social da Investida em 24 de abril de 2025, objeto do "Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças" ("*Closing*") e a aquisição de 47,5% do capital social da Investida por meio da Oferta Pública de Aquisição ("OPA"), realizada em 11 de setembro de 2025, e aquisições subsequentes em mercado secundário.

Adicionalmente, em 27 de novembro de 2025, a Assembleia Geral Extraordinária da Santos Brasil aprovou o resgate compulsório *(squeeze-out)* da totalidade ações ordinárias remanescentes em circulação desde a data de liquidação da OPA, equivalentes a aproximadamente 1,49% do seu capital social. O resgate foi efetivado em 12 de dezembro de 2025 e liquidado pela própria Investida.

Closing (47,9%)

Para fins de mensuração dos ativos e passivos na data do *Closing* (24 de abril de 2025), a Companhia optou por mensurar a participação de não controladores na adquirida ao valor justo.

Ativos adquiridos e passivos assumidos

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis da Investida na data do *Closing* é apresentado a seguir:

7. Combinações de negócios e aquisição de participação societária remanescente de não controladores--Continuação

Closing (47,9%)--Continuação

Ativos adquiridos e passivos assumidos--Continuação

	Valor justo na data de aquisição
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	**435.090**
Contas a receber	**380.182**
Ativo fiscal diferido	**107.088**
Imobilizado	**2.947.093**
Direito de uso	**1.281.230**
Concessões	**10.877.057**
Outros ativos	**244.167**
Total do ativo	**16.271.907**
Passivo	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	**2.740.394**
Arrendamento mercantil	**1.332.800**
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	**142.946**
Passivo fiscal diferido	**903.837**
Outros passivos	**458.742**
Total do passivo	**5.578.719**
Total dos ativos identificáveis líquidos ao valor justo	**10.693.188**
Participação de não controladores mensurada ao valor justo	**(5.758.802)**
Remensuração da participação prévia à data de aquisição do controle	**(365.024)**
Ágio na aquisição	**1.059.528**
Total da contraprestação transferida	**5.628.890**

Apresentamos abaixo o resumo das principais alocações de valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos:

Descrição	Aumento (redução) ativos líquidos	Vida útil remanescente	Metodologia de avaliação
Valor justo de ativo imobilizado (I)	**285.699**	4 a 32 anos	Mercado
Valor justo de ativo de direito de uso (II)	**(77.665)**	1 a 21 anos	Valor justo
Valor justo de Concessões (III)	**10.809.057**	9 a 23 anos	MPEEM
Baixa de ágios reconhecido pela Investida em combinações de negócios anteriores	**(102.843)**	N/A	N/A
Eliminação dos custos de transação de debêntures	**(100.180)**	N/A	Valor justo
Valor justo de Arrendamento mercantil (III)	**250.929**	N/A	Valor justo
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis (IV)	**(101.551)**	N/A	Valor justo
Efeitos ativos e passivos fiscais diferidos sobre os ajustes	**(928.220)**	N/A	N/A

(I) A abordagem de mercado considerou a comparação com itens semelhantes que tenham sido vendidos ou listados para venda no mercado secundário ou primário.

(II) Os ativos e passivos de arrendamento mercantil tiveram seu valor justo determinado com base na taxa incremental de juros vigente na data da combinação de negócios.

(III) Os contratos de concessões da Investida tiveram seu valor justo determinado com base na metodologia *Multi-Period Excess Earnings Method* (Método dos Lucros Excedentes em Vários Períodos), que considerou o valor presente dos rendimentos futuros a serem gerados durante a vida útil dos ativos

vinculados aos contratos.

(IV) Os passivos contingentes relativos ao processo trabalhista movido pela Sindestiva (vide nota explicativa nº 13.a), anteriormente não reconhecidos na Investida, foram avaliados e reconhecidos a valor justo, conforme requerido pelo CPC 15 (R1).

7. Combinações de negócios e aquisição de participação societária remanescente de não controladores--Continuação

Closing (47,9%)--Continuação

Ativos adquiridos e passivos assumidos--Continuação

O valor de ágio representa a expectativa de rentabilidade futura, baseada em benefícios esperados com a sinergia da atuação da Companhia e suas controladas.

O valor justo da participação de não controladores foi mensurado pelo valor por ação pago pela Companhia para obtenção do controle da Investida.

Desde a data da aquisição, a Investida contribuiu com receitas de R$2.464.032 e lucro antes dos tributos de R$939.721. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do exercício, as receitas contribuídas totalizariam R$3.627.414, e lucro antes dos tributos de R$1.321.469.

Análise do fluxo de caixa da aquisição

Valor da contraprestação de compra (a)	**5.628.890**
Caixa adquirido da Investida	**(435.090)**
Fluxo de saída de caixa, líquido (b)	**5.193.800**

(a) Incluído no fluxo de caixa das atividades de investimento da controladora.

(b) Incluído no fluxo de caixa das atividades de investimento do consolidado.

Os custos incorridos na transação foram no montante de R$252.814, e correspondem substancialmente a serviços de consultoria e honorários advocatícios.

OPA, mercado secundário e *squeeze out*

Entre os meses de setembro a dezembro de 2025, a Companhia adquiriu 47,5% do capital social da Investida por meio da OPA, realizada em 11 de setembro de 2025, e aquisições subsequentes em mercado secundário.

Com relação ao *squeeze-out* de 1,49% do capital social da Investida, a aquisição foi realizada e liquidada pela própria Santos Brasil. Uma vez que o controle já havia sido obtido, o resgate foi contabilizado em conformidade com o CPC 36 (R3), com a diferença reconhecida diretamente no patrimônio líquido na rubrica "Transações com acionistas não controladores", sem impacto no resultado do exercício.

O detalhamento das transações são apresentados a seguir:

Mês	Liquidante	Meio utilizado	Valor
Set/2025	Companhia	OPA (I)	**5.228.030**
Out/2025	Companhia	Mercado Secundário	**613.876**
Nov/2025	Companhia	Mercado Secundário	**65.235**
Dez/2025	Companhia	Mercado Secundário	**2.672**
	Total desembolsado pela Companhia (a)		**5.909.813**
Dez/2025	Santos Brasil Participações S.A.	*squeeze-out (II)*	**195.835**
	Total desembolsado pelo Grupo (b)		**6.105.648**

(a) Incluído no fluxo de caixa das atividades de financiamento da controladora.

(b) Incluído no fluxo de caixa das atividades de financiamento do consolidado.

(I) Em 11 de setembro de 2025, a Companhia adquiriu através da OPA 363.562.555 ações ordinárias, equivalentes a 42,07% do capital social da Investida, ao preço de R$14,38 por ação (vide nota explicativa 1.1).

(II) Em 12 de dezembro de 2025, a controlada Santos Brasil Participações S.A. efetivou o resgate compulsório e o cancelamento da totalidade das 13.152.205 ações de sua emissão que estavam em circulação *(squeeze-out).*

Os impactos contábeis decorrentes das transações acima descritas foram realizadas como segue:

Descrição	Controladora e Consolidado
Ganho de equivalência patrimonial devido à mudança de participação acionária	**147.500**
Squeeze-out	**(195.835)**
Efeito atualização do valor justo de não controladores nas datas de aquisição	**(151.009)**
Diferença reconhecida diretamente em patrimônio líquido	**(199.344)**

8. Investimentos - controladora

a) Movimentação dos saldos

	Santos Brasil Participações S.A.
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**352.409**
Remensuração da participação prévia à data de aquisição do controle	**12.615**
Aquisição de controle	**5.628.890**
Aquisição de participação de não controladores	**5.909.813**
Transações com não controladores	**(199.344)**
Equivalência patrimonial	**87.904**
Ajuste de avaliação patrimonial em controlada - passivo atuarial	**(3.227)**
Dividendos mínimos obrigatórios a receber de controlada	**(8.717)**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**11.780.343**

8. Investimentos - controladora--Continuação

b) Informações das controladas - posição em 31 de dezembro de 2025

	Santos Brasil Participações S.A.	Numeral 80 Participações S.A. (a)	Terminal Portuário de Veículos S.A. (a)	Pará Empreendimentos Financeiros S.A. (Consolidado)	Santos Brasil Logística S.A.	Terminal de Veículos de Santos S.A.
Capital social	**279.484**	**2.030**	**770**	**129.484**	**133.955**	**128.751**
Quantidade de ações possuídas:						
Ordinárias	**851.018.069**	**1.401.106**	**770.000**	**129.484.349**	**122.827.717**	**204.269.217**
Preferenciais	**-**	**628.894**	**-**	**-**	**122.827.716**	**-**
Patrimônio líquido	**1.073.643**	**284**	**38**	**224.078**	**217.632**	**213.375**
Participação no capital social - %	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**
Participação no patrimônio líquido	**1.073.643**	**284**	**38**	**224.078**	**217.632**	**213.375**
Ativo circulante	**1.194.323**	**118**	**40**	**74.744**	**116.999**	**162.013**
Ativo não circulante	**4.711.774**	**167**	**-**	**257.229**	**240.698**	**193.345**
Total do ativo	**5.906.097**	**285**	**40**	**331.973**	**357.697**	**355.358**
Passivo circulante	**1.034.890**	**1**	**2**	**46.645**	**77.031**	**41.763**
Passivo não circulante	**3.797.564**	**-**	**-**	**61.250**	**63.034**	**100.220**
Total do passivo	**4.832.454**	**1**	**2**	**107.895**	**140.065**	**141.983**
Receita líquida	**3.627.414**	**-**	**-**	**200.201**	**504.977**	**149.188**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**871.664**	**(82)**	**(131)**	**42.155**	**75.171**	**56.492**

(a) Controladas com atividades operacionais paralisadas

9. Imobilizado

	Consolidado												
	Benfeitorias em imóveis de terceiros (*)	Equipamentos de movimentação de carga	Imobilizações em andamento (**)	Equipamentos de informática	Terrenos	Máquinas, equipamentos e acessórios	Instalações, móveis e utensílios	Veículos	Imóveis	Direito de uso - Aluguéis	Direito de uso - Contratos de Concessão	Outros itens	Total
Taxa média de depreciação (% a.a.)	5	6,3	-	20	-	6,0 - 10	10	20	2,2	16,5 - 33,5	3,0 - 7,6	10	
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2024	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimentações													
Aquisição de controlada	**1.068.091**	**652.773**	**772.740**	**41.085**	**193.799**	**161.584**	**11.944**	**2.591**	**28.178**	**47.977**	**12.056.451**	**167**	**15.037.380**
Aquisições / transferências	**325.337**	**54.591**	**(40.071)**	**11.669**	**-**	**87.200**	**1.071**	**5**	**-**	**17.505**	**26.361**	**243**	**483.911**
Baixas	**(315)**	**(2.844)**	**(36)**	**(5)**	**-**	**(46)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(3.246)**
Reclassificações (***)	**-**	**-**	**(344)**	**1.792**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.448**
Depreciações	**(53.026)**	**(57.001)**	**-**	**(8.712)**	**-**	**(8.001)**	**(954)**	**(448)**	**(607)**	**(12.472)**	**(430.066)**	**(41)**	**(571.328)**
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2025	**1.340.087**	**647.519**	**732.289**	**45.829**	**193.799**	**240.737**	**12.061**	**2.148**	**27.571**	**53.010**	**11.652.746**	**369**	**14.948.165**
Saldos em 31 de dezembro de 2025													
Custo	**1.393.113**	**704.520**	**732.289**	**54.541**	**193.799**	**248.738**	**13.015**	**2.596**	**28.178**	**65.482**	**12.082.812**	**410**	**15.519.493**
Depreciação acumulada	**(53.026)**	**(57.001)**	**-**	**(8.712)**	**-**	**(8.001)**	**(954)**	**(448)**	**(607)**	**(12.472)**	**(430.066)**	**(41)**	**(571.328)**
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2025	**1.340.087**	**647.519**	**732.289**	**45.829**	**193.799**	**240.737**	**12.061**	**2.148**	**27.571**	**53.010**	**11.652.746**	**369**	**14.948.165**

(*) O montante de R$1.340.087 na rubrica de "Benfeitorias em imóveis de terceiros", refere-se principalmente, à imobilização de parte da expansão do Tecon Santos, liberada em 27 de julho de 2023.

(**) O valor de adições na rubrica "Imobilizações em andamento" está líquido das transferências efetuadas quando da entrada de bens em operação para os grupos que os representam. O montante consolidado de R$732.289 é composto por: (i) R$642.501 referente à investimentos de controlada Santos Brasil Participações, aplicados principalmente, na expansão do Tecon Santos referente à compra de novos equipamentos; (ii) R$33.896 referente à controlada Santos Brasil Logística; (iii) R$50.311 referente à investimentos da controlada Convicon, aplicados principalmente, em equipamentos; e (iv) R$5.581 referente à controlada Terminal de Veículos/TEV.

(***) Reclassificações, principalmente, entre imobilizado e intangível.

9. **Imobilizado**--Continuação

Análise de recuperabilidade de ativo

Em 31 de dezembro de 2025, foi efetuado teste de recuperação das UGCs, com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados (valor em uso) das UGCs considerando o orçamento anual para o exercício de 2026 e o planejamento de longo prazo até o final dos contratos de concessão portuária de cada respectiva UGC, elaborado com as seguintes premissas mais relevantes:

Taxa de crescimento dos próximos 5 anos:	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**2030**
Tecon Santos, Tecon (i)	12,65%	4,24%	0,38%	0,00%	0,00%
Tecon Imbituba (ii)	30,48%	6,99%	31,67%	7,99%	31,08%
Terminal de Carga Geral Imbituba (iii)	22,19%	15,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Terminais de Graneis Líquidos Itaqui (iv)	14,32%	32,06%	5,39%	5,55%	5,70%
Terminal de Veículos/TEV (v)	7,95%	2,43%	2,47%	2,50%	2,54%
Tecon Vila do Conde (vi)	-4,32%	4,97%	5,04%	5,10%	5,17%

(i) Espera-se o crescimento da demanda em 12,65% para o próximo exercício, que terá a conclusão da expansão para 3,0 MTEUs até o final do ano. Com a capacidade adicional em 2027, espera-se o crescimento orgânico calculado de 4,24% (elasticidade histórica do crescimento do Porto de Santos e PIB brasileiro) e em 2028 0,38%, atingindo a nova ocupação máxima do terminal que resta-se no seu limite para os anos seguintes;

(ii) Crescimento apontado em 2026 se dá pelo efeito de anualização de nova linha de navegação operacionalizada ao longo de 2025. No médio prazo, com a requalificação de equipamentos e retroárea em andamento, projeta-se a atração nova linha de navegação em 2028. Em 2030 observa-se a captura de volumes excedentes não atendidos em alternativas portuárias por limitações de capacidades pelo crescimento histórico do Cluster Sul de 6,99% estimado entre 2010 e 2025;

(iii) Carrego de contratos renovados em 2025 garantem aumento da movimentação em 2026 e estabilização do *ramp-up* em 2027;

(iv) A conclusão da expansão da capacidade em 2025 garante maior competitividade e disponibilidade para o crescimento dos volumes em 2026 e maior ocupação em 2027 que é resultado da maturidade comercial esperada pelo esforço comercial de atrair novos clientes e otimização de giros do terminal;

(v) Volume de importação atrelado a projeção do crescimento do PIB e de exportação, ao crescimento histórico. Aumento do fluxo observado em 2025 de exportação de veículos leves para mercados na América Latina considerado para o crescimento de 7,95% em 2026;

(vi) Estima-se queda marginal de 4,32% em relação à 2025, por este ter registrado *extra-calls* de embarcações e consignações acima do esperado, não considerados no orçamento 2026. Aumento da adoção de cabotagem no Arco Norte, graças a consolidação do novo marco regulatório setorial (BR do mar) com expectativas de crescimento e maior relação comercial para contêiners de longo curso.

- Gestão de custos com foco no crescimento de eficiência e redução dos custos unitários, conforme aumento da margem EBITDA em 3,9% verificada em 2025 e estimativa orçada de melhoria em 2,5% em 2026;
- Taxa real de desconto aplicada no conceito de fluxo de caixa descontado, tendo o *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* - EBITDA como fluxo de entrada de recursos e o valor em uso dos bens ao ativo imobilizado e intangível como fluxos de saída de recursos;
- Na data-base de 31 de dezembro de 2025 foi tomado o montante dos ativos operacionais, no qual está inserido o valor líquido do direito de exploração.
- A taxa de desconto utilizada em 31 de dezembro de 2025 foi 7,65% a.a.

9. **Imobilizado**--Continuação

Análise de recuperabilidade de ativo--Continuação

Mantém-se a taxa de desconto utilizada no exercício anterior dado que as controladas não observaram nenhuma alteração significativa do seu custo de capital.

O valor recuperável estimado das UGCs é superior ao valor dos ativos operacionais, incluindo os ativos divulgados nesta nota explicativa acima e na nota explicativa nº 10, em 31 de dezembro de 2025. A Administração não espera impacto quanto ao valor recuperável, com base nas premissas adotadas e utilizadas para o cálculo. Um aumento (redução) da WACC em 1% resultaria em um aumento (redução) no valor justo das UGCs de, em média, 7,4% com um desvio padrão de 5,2% - não implicando alterações no resultado da análise de impairment.

Outras divulgações sobre o ativo imobilizado

Os custos dos empréstimos e financiamentos capitalizados no período findo em 31 de dezembro de 2025 foram de R$22.740, sendo compostos por: (i) R$11.242 referente aos empréstimos e financiamentos diretamente atribuíveis as imobilizações; e (ii) R$11.498 referente aos não diretamente atribuíveis; a taxa média de juros desses empréstimos e financiamentos é de 4,76% a.a, conforme nota explicativa nº 11.

10. Intangível

	Vida útil definida		Vida útil indefinida	
	Softwares	**Outros intangíveis**	**Ágio nas aquisições**	
	Sistema de processamento de dados	**Intangível em andamento (**)**	**Santos Brasil Participações S.A.**	**Total**
Taxa de amortização (%)	20	-	-	
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2024	**-**	**-**	**-**	**-**
Movimentações				
Aquisição de controlada	**48.606**	**19.395**	**1.059.528**	**1.127.529**
Aquisições/transferências	**18.704**	**6.555**	**-**	**25.259**
Reclassificações (*)	**345**	**(1.793)**	**-**	**(1.448)**
Amortizações	**(9.877)**	**-**	**-**	**(9.877)**
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2025	**57.778**	**24.157**	**1.059.528**	**1.141.463**
Saldos em 31 de dezembro de 2025				
Custo	**67.655**	**24.157**	**1.059.528**	**1.151.340**
Amortização acumulada	**(9.877)**	**-**	**-**	**(9.877)**
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2025	**57.778**	**24.157**	**1.059.528**	**1.141.463**

(*) Reclassificações, principalmente, entre imobilizado e intangível.

(**) O montante consolidado de R$24.157, referem-se principalmente a investimentos de controladas, aplicados em softwares.

10. Intangível--Continuação

Ágio nas aquisições

Santos Brasil Participações S.A.

Para maiores detalhes sobre a formação do ágio relativo à aquisição da Santos Brasil Participações S.A., vide nota explicativa nº 7. O valor de ágio representa a expectativa de rentabilidade futura, baseada em benefícios esperados com a sinergia da atuação da Companhia e suas controladas.

Como se trata de uma aquisição realizada durante o exercício atual, para o propósito de teste de redução ao valor recuperável, a Administração da Companhia realizou a avaliação de indicadores que pudessem demonstrar um declínio no valor justo dos ativos líquidos adquiridos em 22 de abril de 2025 (data da combinação de negócios) para a data-base de 31 de dezembro de 2025. Adicionalmente, a Administração da Companhia incorporou em suas análises os testes de recuperação de ativos efetuados pela Santos Brasil Participações S.A., descritos na nota explicativa 9. Com base nessas avaliações, não foi identificada a necessidade de constituição de provisão para não recuperação do ágio.

11. Empréstimos e financiamentos

	Consolidado			
	Juros	**Atualizações**	**Amortização**	**31.12.2025**
Moeda nacional:				
FNE	**2,81% a.a.**	**IPCA (*)**	**Mensal**	**504.999**
(-) Circulante				**(8.704)**
Não circulante				**496.295**

(*) Tendo como base a variação média percentual do IPCA, referente ao período compreendido entre o 2º e o 13º meses anteriores ao mês de referência.

A movimentação de empréstimos e financiamentos está demonstrada no quadro a seguir:

	Consolidado
	31.12.2025
Saldo inicial	**-**
Aquisição de controlada	**493.663**
Juros e custos apropriados	**18.824**
Juros capitalizados (*)	**11.242**
(-) Juros pagos (**)	**(18.730)**
Saldo final	**504.999**

(*) Juros capitalizados, conforme nota explicativa nº9.

(**) Os juros pagos estão sendo apresentados na "Demonstração de Fluxo de Caixa" na rubrica "Atividade de Financiamentos".

A controlada Santos Brasil Participações S.A. possui contratado junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB, crédito no montante de R$494.566, providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e que serão captados parcialmente e parceladamente, de acordo com as condições estabelecidas em contrato, cuja primeira captação no montante de R$133.943, ocorreu em 21 de setembro de 2023; a segunda captação no montante de R$151.419, ocorreu em 4 de janeiro de 2024; a terceira captação no montante de R$113.481, ocorreu em 18 de julho de 2024 e a quarta captação no montante de R$93.425, ocorreu em 26 de dezembro de 2024.

Garantias

Na data-base de 31 de dezembro de 2025, em atendimento a exigência contratual do financiamento junto ao BNB, a controlada Santos Brasil Participações S.A. possuía fiança bancária contratada, cujo saldo a valor de face era de R$492.267.

12. Debêntures

	Juros	Atualizações	Amortização	Consolidado 31.12.2025
Debêntures (a)	**0,70% a 1,00% a.a.**	**CDI**	**Anual**	**104.727**
Debêntures (b)	**4,20% a.a.**	**IPCA**	**Semestral**	**42.839**
Debêntures (c)*	**0,55% a 0,70% a.a.**	**CDI**	**Anual**	**529.466**
Debêntures (c)**	**6,39% a 6,54% a.a.**	**IPCA**	**Anual**	**1.637.711**
				2.314.743
(-) Circulante				**(178.911)**
Não circulante				**2.135.832**

(*) Séries institucionais

(**) Séries incentivadas

a) Santos Brasil Participações S.A. - 4ª emissão

Em 20 de fevereiro de 2019, foi aprovado pelo Conselho de Administração a realização da 4ª emissão, pela controlada Santos Brasil Participações S.A., de debêntures simples, não conversíveis em ações, em até 2 séries, da espécie quirografária, no montante total de R$300.000.

Em 26 de abril de 2019, foi finalizado o Procedimento de *Bookbuilding* e em 30 de abril de 2019 a operação foi liquidada. A tabela abaixo apresenta um resumo contendo as condições finais obtidas e a alocação das Debêntures entre as séries da Emissão:

Série	Vencimento	Taxa final (Bookbuilding)	Volume Alocado (R$)
1ª Série	25 de março de 2024 (*)	CDI + 0,70% a.a.	100.000
2ª Série	25 de março de 2026	CDI + 1,00% a.a.	200.000

(*) 1ª série finalizada conforme vencimento.

b) Tecon Vila do Conde- 1ª emissão

Em 25 de outubro de 2019, foi aprovado em assembleia geral extraordinária de acionistas da controlada Tecon Vila do Conde, a realização da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, no montante total de R$60.000. As debêntures contarão com o incentivo previsto no artigo 2° da Lei n° 12.431, de 24 de junho de 2011.

Em 26 de agosto de 2019, o Conselho de Administração da controlada Santos Brasil Participações S.A. deliberou a concessão de garantia para a realização da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, no montante total de R$60.000. A operação foi liquidada em 3 de dezembro de 2019.

A tabela abaixo apresenta um resumo contendo as condições finais das Debêntures:

Série	Vencimento	Taxa final	Volume Alocado (R$)
Série única	17 de novembro de 2031	IPCA + 4,20% a.a.	60.000

c) Santos Brasil Participações S.A. - 5ª emissão

Em 9 de agosto de 2024, foi aprovado pelo Conselho de Administração da controlada Santos Brasil Participações S.A. a realização da 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em até 4 séries, da espécie quirografária, no montante total de R$2.000.000.

As séries incentivadas serão emitidas nos termos do artigo 2° da Lei n° 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada (“Lei 12.431”), e do Decreto n° 11.964, de 26 de março de 2024 (“Decreto n° 11.964”), tendo em vista o enquadramento do Projeto (conforme definido abaixo) como prioritário pelo Ministério de Portos e Aeroportos (“MPOR”), por meio: da Portaria do MPOR nº 170, de 2 de maio de 2024 (“Portaria”), a qual foi publicada no Diário Oficial da União (“DOU”) em 15 de maio de 2024 (“Projeto”).

Em 2 de setembro de 2024, foi finalizado o Procedimento de *Bookbuilding* e em 4 de setembro de 2024 a operação foi liquidada. A tabela abaixo apresenta um resumo contendo as condições finais obtidas e a alocação das Debêntures entre as séries da Emissão:

c) Santos Brasil Participações S.A. - 5ª emissão

Série	Vencimento	Taxa final (Bookbuilding)	Volume Alocado (R$)
1ª Série (Institucional)	15 de agosto de 2029	CDI + 0,55% a.a.	140.000
2ª Série (Institucional)	15 de agosto de 2031	CDI + 0,70% a.a.	360.000
3ª Série (Incentivada)	15 de agosto de 2034	IPCA + 6,39% a.a.	700.000
4ª Série (Incentivada)	15 de agosto de 2039	IPCA + 6,54% a.a.	800.000

A movimentação das debêntures está demonstrada no quadro a seguir:

	Consolidado 31.12.2025
Saldo inicial	-
Aquisição de controlada	**2.246.732**
Juros e custos apropriados	**130.885**
Juros capitalizados (*)	**11.498**
Variação monetária s/ principal	**26.870**
(-) Amortização da dívida	**(6.964)**
(-) Juros pagos (**)	**(94.278)**
Saldo final	**2.314.743**

(*) Juros capitalizados, conforme nota explicativa nº 9.

(**) Os juros pagos estão sendo apresentados na "Demonstração de Fluxo de Caixa" na rubrica "Atividade de Financiamentos".

Com base na cláusula 6.27.2, inciso XXI, da Escritura da Quarta Emissão da Santos Brasil Participações S.A., cláusula 7.1.2, inciso II, da Escritura da Primeira Emissão da Convicon, a não observância do índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA ajustado, que deverá ser igual ou inferior a 3,0 vezes, poderá acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das Debêntures. O índice financeiro deve ser apurado trimestralmente, tendo por base as Informações Trimestrais Consolidadas da controlada.

Para a Escritura da Quarta Emissão da Santos Brasil Participações S.A. e Escritura da Primeira Emissão da Convicon, em 31 de dezembro de 2025 os índices financeiros estavam sendo atendidos, conforme segue:

Índice financeiro	Consolidado Santos Brasil Participações S.A. 31.12.2025
Realizado	**1,11**
Exigido	**≤ 3,00**

12. Debêntures--Continuação

c) Santos Brasil Participações S.A. - 5ª emissão--Continuação

Com base na cláusula 7.1.2, inciso II da Quinta Emissão da Santos Brasil Participações S.A. e cláusula 2.2 do Segundo Aditamento à Quinta Emissão da Santos Brasil Participações S.A., a não observância do índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA ajustado, que deverá ser igual ou inferior a 3,75 vezes, poderá acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das Debêntures. O índice financeiro deve ser apurado trimestralmente, tendo por base as Informações Trimestrais Consolidadas da Santos Brasil Participações S.A.

Para a Escritura da Quinta Emissão da Santos Brasil Participações S.A., em 31 de dezembro de 2025 os índices financeiros estavam sendo atendidos, conforme segue:

Índice financeiro	Consolidado Santos Brasil Participações S.A. 31.12.2025
Realizado	**1,09**
Exigido	**≤ 3,75**

13. Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis e depósitos judiciais

Demandas judiciais	Consolidado 31.12.2025
Provisão trabalhista (a)	**119.909**
Provisão para processo Fator Acidentário de Prevenção - FAP (b)	**10.335**
Provisão tributária (c)	**7.294**
Outros processos	**2.071**
Total	**139.609**

Depósitos judiciais	Consolidado 31.12.2025
Relativos às contingências:	
Processos trabalhistas (a)	**1.553**
Processo FAP (b)	**4.498**
Outros processos	**261**
Outros depósitos judiciais (d)	**49.102**
Subtotal	**55.414**
Relativo aos fornecedores:	
SCPar Porto de Imbituba S.A. (“SCPar”) (e)	**32.003**
Total	**87.417**

13. Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis e depósitos judiciais-- Continuação

a) Trabalhista

Processo SINDESTIVA

O Sindicato dos Estivadores de Santos propôs ação judicial contra a Santos Brasil Participações S.A. visando à cobrança de multa diária por um suposto descumprimento de uma decisão judicial proferida em 2016 pela Justiça Trabalhista do Guarujá. Segundo as alegações do Sindicato, a decisão judicial descumprida obrigou a Santos Brasil Participações S.A. a contratar, para o exercício das atividades de estivador, somente trabalhadores portuários vinculados ao Sindicato dos Estivadores. O valor inicial pretendido pelo Sindicato foi de R$721.063, que representaria o valor da multa estipulada na decisão calculada de 2016 a 2021 (R$20 mil por dia por trabalhador irregular). A Santos Brasil Participações S.A. apresentou defesa na primeira instância, sendo proferida decisão de mérito confirmando o descumprimento da decisão e fixando a multa no valor de R$70 milhões. Em março de 2021 a Companhia interpôs recurso ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região ("TRT2") defendendo o não descumprimento da decisão judicial, visto que vem utilizando mão de obra portuária para o desempenho das atividades de estivador, nos termos da Lei 12.815 (Lei dos Portos). Em 28 de outubro de 2021, a 12ª Turma do TRT2 negou provimento ao recurso interposto pela Santos Brasil Participações S.A.

Em 14 de agosto de 2023, foi publicado o acórdão que manteve a condenação da Santos Brasil Participações S.A. A Santos Brasil Participações S.A. opôs embargos de declaração em face do Acórdão. Em 31 de dezembro de 2025 a Santos Brasil Participações S.A. aguardava a decisão dos embargos de declaração. Segundo os assessores legais da Santos Brasil Participações S.A., há chances possíveis de reversão da decisão desfavorável nos âmbitos do Tribunal Superior do Trabalho e do Supremo Tribunal Federal. Em 31 de dezembro de 2025 o valor atualizado era de R$111.087. Conforme descrito na nota explicativa nº 7, apesar da probabilidade de perda possível dessa causa, os valores foram provisionados em atendimento ao requerimentos previstos no CPC 15 (R1).

Demais processos trabalhistas

Referem-se a processos de responsabilidade: (i) da filial operacional Tecon Santos, provisionados no montante de R$11.902, para os quais existem depósitos judiciais de R$1.049 e 3 seguros garantindo o montante de R$153.596; (ii) da controlada Santos Brasil Logística, provisionados no montante de R$4.021, para os quais existem depósitos judiciais de R$30 e 2 seguros garantindo o montante de R$43; e (iii) da controlada Tecon Vila do Conde, provisionados no montante de R$2.433, para os quais existem depósitos judiciais de R$474 e 2 seguros garantindo o montante de R$1.673.

13. Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis e depósitos judiciais-- Continuação

b) Fator Acidentário de Prevenção - FAP

O provisionamento refere-se às impugnações administrativas apresentadas perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em razão da nova sistemática de cálculo da contribuição previdenciária, baseada na criação de índice multiplicador denominado FAP, calculado principalmente com base no número de acidentes do trabalho ocorridos nas empresas e de afastamentos de funcionários em comparação com as empresas que exercem a mesma atividade econômica (Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE). Diante da manutenção da cobrança, foi ajuizada medida cautelar requerendo autorização para o depósito judicial e suspensão da exigibilidade do crédito tributário referente ao FAP do ano 2010. A liminar foi deferida autorizando o depósito integral dos créditos da Santos Brasil Participações S.A., no montante de R$4.438, e de suas controladas compostos de: (i) R$60 - Tecon Vila do Conde; (ii) em 31 de dezembro 2025 a Santos Brasil Participações S.A. efetuou a baixa do depósito judicial no montante de R$1.252 - Santos Brasil Logística; e (iii) em 31 de dezembro 2025 a Santos Brasil Participações S.A. efetuou a baixa do depósito judicial no montante de R$35 - Terminal de Veículos/TEV. Os valores depositados judicialmente, vinculados ao Processo nº 0032253-75.2011.4.01.3400, foram convertidos em renda para a União. A Santos Brasil Participações S.A. possui ações ordinárias referentes ao FAP de 2012, visando à suspensão da exigibilidade do débito mediante a realização de depósitos judiciais.

c) Tributária

O provisionamento consolidado, no montante de R$7.294, refere-se, principalmente: (i) à ação anulatória de débitos fiscais da Santos Brasil Participações S.A., no montante de R$2.148; (ii) bem como Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Juros de Capital Próprio da Controladora, no montante de R$4.968; e (iii) outros processos, no montante de R$178.

13. Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis e depósitos judiciais-- Continuação

d) Outros processos

Os depósitos judiciais classificados como outros, relacionados à Santos Brasil Participações S.A., estão compostos de: (i) questionamento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF sobre a transferência dos empréstimos no processo de incorporação, no valor de R$3.550; (ii) depósito referente a tributos federais que impediam a emissão da Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, no valor de R$21.236; (iii) depósito de INSS e de imposto de renda sobre o Plano de Demissão Voluntária - PDV e do Fundo de Natureza Não Salarial do Sindicato dos Estivadores - SINDESTIVA de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão, no valor de R$1.685; e (iv) outros depósitos nas esferas tributária e civil, no valor de R$13.845. Os depósitos judiciais classificados como outros nas companhias controladas são relacionados a: (i) controlada Santos Brasil Logística, referem-se a execuções fiscais de tributos federais que impediam a obtenção da Certidão Negativa da Dívida Ativa, no montante de R$7.433, e a processos trabalhistas, no montante de R$651; (ii) controlada Tecon Vila do Conde, referem-se a processos trabalhistas, no montante de R$536 e os bloqueios judiciais foram desbloqueados em dezembro de 2025; e (iii) controlada Numeral 80, referem-se a depósitos nas esferas tributária e civil, no montante de R$166.

e) SCPar Porto de Imbituba S.A. (“SCPar”)

Em 26 de novembro de 2012, foi celebrado entre a União e o Estado de Santa Catarina o Convênio de Delegação nº 01/2012, que delegou a administração e a exploração do Porto de Imbituba para a SCPAR, a partir de 25 de dezembro de 2012. A Companhia Docas de Imbituba S.A., administradora anterior, moveu processo contra a ANTAQ e a União, pleiteando a manutenção da vigência do seu contrato de concessão até dezembro de 2016. A Santos Brasil Participações S.A., diante dessa situação, efetuou os pagamentos das suas obrigações relacionadas aos seus contratos de exploração do Terminal de Contêineres e do Terminal de Carga Geral naquele porto e propôs ação de consignação em pagamento para depósito, no montante de R$23.774. Em julho de 2014, a SCPAR - Porto de Imbituba, levantou o valor de R$8.691. Em 31 de dezembro de 2025, esses depósitos representavam o montante de R$32.003. O valor relacionado a esse depósito está provisionado no passivo não circulante corrigido, em 31 de dezembro de 2025, no montante de R$31.943, na rubrica “Fornecedores”. Em agosto de 2018, a ação foi julgada procedente, declarando a extinção da obrigação da Santos Brasil Participações S.A., reconhecendo a SCPAR como credora dos valores depositados referentes ao período contratual após 25 de dezembro de 2013 e reconhecendo a Companhia Docas de Imbituba como credora dos valores referentes ao período contratual que antecede o fim da concessão. A SCPAR e a Companhia Docas de Imbituba opuseram embargos de declaração em face da decisão prolatada.

13. Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis e depósitos judiciais-- Continuação

e) SCPar Porto de Imbituba S.A. ("SCPar")--Continuação

Os embargos opostos pela Companhia Docas de Imbituba foram acolhidos corrigindo a data do termo final do Contrato (de 25 de dezembro de 2013 para 25 de dezembro de 2012). Em 26 de agosto de 2021, foi dado parcial provimento ao apelo da SCPAR para reconhecer a sucumbência parcial da Santos Brasil Participações S.A. na primeira parte da ação de consignação. Em 13 de setembro de 2021, a Santos Brasil Participações S.A. opôs embargos de declaração os quais foram rejeitados. Em 20 de junho de 2023 SCPAR interpôs recurso especial e extraordinário, sendo seu seguimento negado em 10 de novembro de 2023. Para 30 de setembro de 2025, foi proferida decisão que negou provimento ao agravo regimental interposto pela Cia, aguardando-se o retorno dos autos ao juízo de origem. Em 31 de dezembro de 2025 os autos retornaram ao juízo de origem para seguimento do feito.

As movimentações das provisões para contingências, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 estão demonstradas nos quadros a seguir:

	Consolidado				
	Provisão trabalhista	**Provisão FAP**	**Provisão tributária**	**Outros processos**	**Total**
Saldo em 31.12.2024	-	-	-	-	-
Aquisição de controlada	**124.250**	**14.038**	**2.590**	**2.068**	**142.946**
Adições	**105**	**651**	**4.377**	**-**	**5.133**
Pagamento de condenação	**(14.676)**	**(4.354)**	**-**	**(1.342)**	**(20.372)**
Outras movimentações	**10.230**	**-**	**327**	**1.345**	**11.902**
Saldo em 31.12.2025	**119.909**	**10.335**	**7.294**	**2.071**	**139.609**

Além dos processos anteriormente citados, a Santos Brasil Participações S.A. e suas controladas possuem processos administrativos e judiciais em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas como de chance de perda possível, no montante de R$1.032.645, nesse caso nenhuma provisão para perda foi registrada nas demonstrações financeiras. A natureza dos processos são como segue:

Natureza da ação	**Saldo em 31.12.2025**
Aduaneira	**3.022**
Cível	**125.270**
Trabalhista	**155.954**
Tributária (a)	**735.782**
Outras	**12.617**
Total	**1.032.645**

13. Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis e depósitos judiciais-- Continuação

f) Tributária

Processo Ágio

Em 14 de dezembro de 2012, a Santos Brasil Participações S.A. e sua controlada Numeral 80 receberam auto de infração da Receita Federal do Brasil lavrado para a cobrança de IRPJ e CSLL relativos aos anos-base de 2006 a 2011, cumulados com juros de mora, multa de ofício agravada e multa isolada, no montante de R$334.495. Segundo o auto de infração, a Numeral 80 teria deixado de adicionar ao lucro real e à base de cálculo da CSLL as despesas de amortização do ágio decorrente da incorporação das sociedades adquirentes de ações de sua emissão.

A Santos Brasil Participações S.A. e sua controlada Numeral 80 impugnaram o auto de infração ao fundamento de que o ágio gerado na aquisição das participações acionárias detidas na Numeral 80 (então Santos-Brasil S.A.) e a ela transferido por meio da incorporação foi constituído regularmente, em estrita conformidade com a legislação societária e fiscal. Em 6 de março de 2024, a 1ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais, ao analisar os Recursos Especiais interpostos, conheceu dos recursos apenas com relação à solidariedade e à concomitância das multas isoladas e de ofício. No mérito, foi dado parcial provimento aos recursos para afastar a multa isolada nos períodos em que há concomitância com a multa de ofício. Após o trânsito em julgado da decisão administrativa, em 25 de novembro de 2024, a Santos Brasil Participações S.A. ajuizou na 14ª Vara Cível Federal de São Paulo o processo judicial n.º 5033405-13.2024.4.03.6100, visando à anulação do auto de infração. Além da medida judicial, a Santos Brasil Participações S.A. apresentou ao Juízo seguro garantia no montante de R$450.120. Após o ajuizamento da ação a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) apresentou petição no processo concordando com a garantia ofertada e determinando à Receita Federal a liberação de Certidão Positiva com Efeito de Negativa e não inscrição do débito no CADIN. Em 11 de fevereiro de 2025 foi proferida decisão que suspendeu a exigibilidade das multas de ofício e consectários legais e, ainda, determinou que a União informe a anotação da garantia apresentada. A Santos Brasil Participações S.A. apresentou réplica e pedido de produção de prova pericial. Em 31 de dezembro de 2025 aguarda-se a análise do pedido de produção de prova pericial. O valor da Autuação, para 31 de dezembro de 2025, é de R$476.548.

13. Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis e depósitos judiciais--Continuação

f) Tributária--Continuação

Processo PIS / COFINS

Em outubro de 2019, a Santos Brasil Participações S.A. recebeu o Auto de Infração nº 0816500.2018.00316 lavrado pela Delegacia Especial de Fiscalização da Receita Federal do Brasil de Comércio Exterior, no montante de R$18.742, referente à cobrança de PIS e COFINS, data base 2015. A Receita Federal entende que a Santos Brasil Participações S.A. se creditou de forma indevida de alguns insumos. A Santos Brasil Participações S.A. apresentou impugnação, visto que todos os créditos foram gerados em conformidade com a legislação vigente. A impugnação foi julgada parcialmente procedente. Foram interpostos recurso de ofício e recurso voluntário pela Santos Brasil Participações S.A., que seguem pendentes de julgamento pelo CARF. Em 31 de dezembro de 2025, o valor atualizado é de R$27.151.

14. Arrendamento mercantil

a) Ativo de direito de uso

	Consolidado		
	Aluguéis	**Concessão**	**Total**
Saldo contábil 31.12.2024	-	-	-
Aquisição de controlada	**47.977**	**12.056.451**	**12.104.428**
Adições	**17.505**	**26.361**	**43.866**
Depreciação	**(12.472)**	**(430.066)**	**(442.538)**
Saldo contábil 31.12.2025	**53.010**	**11.652.746**	**11.705.756**

b) Passivo de arrendamento

	Consolidado		
	Aluguéis	**Concessão**	**Total**
Saldo contábil 31.12.2024	-	-	-
Aquisição de controlada	**48.759**	**1.284.041**	**1.332.800**
Adições	**16.651**	**-**	**16.651**
Juros apropriados	**5.379**	**107.239**	**112.618**
Variação monetária / Efeitos de renovação (*)	**854**	**26.361**	**27.215**
Pagamentos	**(15.493)**	**(80.336)**	**(95.829)**
Saldo contábil 31.12.2025	**56.150**	**1.337.305**	**1.393.455**
(-) Circulante			**(350.629)**
Não circulante			**1.042.826**

(*) A contrapartida desse montante é o ativo imobilizado no ativo não circulante.

14. Arrendamento mercantil--Continuação

b) Passivo de arrendamento--Continuação

Os pagamentos das parcelas fixas e variáveis dos contratos de arrendamento, estão apresentados a seguir:

	Consolidado		
	31.12.2025		
	Pagamento Fixo	Pagamento Variável	Total
Aluguéis	**15.493**	**-**	**15.493**
Concessão	**68.834**	**11.502**	**80.336**
	84.327	**11.502**	**95.829**

As controladas reconhecem no passivo as parcelas fixas e variáveis (movimentações mínimas contratuais) dos contratos de concessão, sendo trazidas a valor presente na data inicial dos contratos de arrendamento.

Em 31 de dezembro de 2025, o fluxo bruto tinha a seguinte estrutura de vencimento:

	Consolidado
Fluxo Bruto	**3.037.403**
2026	**500.231**
2027-2028	**445.171**
2029-2030	**379.388**
2031-2047	**1.712.613**
(-) Juros	**(1.643.948)**
	1.393.455

Na mensuração dos fluxos de caixas dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de PIS / COFINS no montante de R$126.939, calculados sobre os valores nominais das parcelas.

Taxa de desconto dos contratos, períodos de vigência e seguro garantia

Os contratos possuem prazos de vigência remanescentes entre 1 e 21 anos (sendo os prazos mais longos relativos aos contratos de concessão de operação portuária). As taxas de desconto aplicadas para os contratos foram entre 12,82% e 16,68%.

As controladas possuem em seus contratos de concessão, compromissos de pagamento de valores com base em suas movimentações operacionais. Esses valores eram os vigentes em 31 de dezembro de 2025 e são atualizados anualmente, de acordo com os contratos de arrendamento pelo IPCA:

14. Arrendamento mercantil--Continuação

b) Passivo de arrendamento--Continuação

Taxa de desconto dos contratos, períodos de vigência e seguro garantia--Continuação

	Em reais - R$		
Contratos	**Custo por contêiner movimentado**	**Custo por tonelada movimentada**	**Custo por veículo movimentado**
Tecon Santos (a)	**66,89**	**-**	**-**
Tecon Santos (b)	**33,30**	**-**	**-**
Tecon Imbituba (c)	**175,17**	**-**	**-**
TCG Imbituba (d)	**-**	**4,26**	**-**
TCG Imbituba (e)	**-**	**9,41**	**-**
TCG Imbituba (f)	**-**	**5,66**	**-**
IQI12 (g) *	**-**	**6,22**	**-**
Tecon Vila do Conde (h)	**43,64**	**-**	**-**
Tecon Vila do Conde (i)	**8,73**	**-**	**-**
Tecon Vila do Conde (g)	**-**	**4,36**	**-**
Terminal de Veículos/TEV (j)	**-**	**-**	**33,13**

(a) Valor devido quando a MMC não for atingida, limitado à MMC.

(b) Valor devido quando a movimentação exceder a MMC.

(c) Valor devido pelo uso da infraestrutura terrestre e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.

(d) Valor devido pelo uso da área arrendada e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.

(e) Valor devido pelo uso da infraestrutura terrestre (cais), referente à movimentação de carga proveniente de navio.

(f) Valor devido pelo uso da infraestrutura terrestre (pátio), referente à movimentação de carga proveniente de unitização e desunitização de contêineres.

(g) Valor devido por tonelada.

(h) Valor devido por contêiner cheio e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.

(i) Valor devido por contêiner vazio.

(j) Valor devido por veículo e também quando a MMC não é atingida, limitado à MMC.

c) Reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Arrendamento do Tecon Imbituba

Em 29 de abril de 2022, a Santos Brasil Participações S.A. requereu pedido de renovação da suspensão da cobrança dos valores da MMC para o período de 2021/2022. Em 5 de maio de 2022, foi deferida a tutela antecipada requerida pela Santos Brasil Participações S.A. para (i) suspender a cobrança da MMC até nova decisão em contrário; (ii) autorizar a apresentação de garantias sobre o valor controverso e (iii) determinar a transferência dos valores incontroversos à SCPAR. Em 25 de julho de 2024, foi proferida decisão judicial determinando a suspensão do processo pelo prazo de seis meses para que as partes possam negociar uma solução consensual para o litígio. Em 31 de dezembro de 2025, as partes permaneciam discutindo uma resolução negociada para a revisão da cláusula de MMC.

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado é de R$6.557.700, que está representado por 6.461.371.439 ações ordinárias, assim distribuídas:

	31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2024	
Acionistas	**Ações**	**Valor**	**Ações**	**Valor**
CMA Terminals S.A.S.	**6.461.371.438**	**6.557.700**	372.948.069	372.948
CMA Terminals do Brasil	**1**	**-**	1	-
Total	**6.461.371.439**	**6.557.700**	372.948.070	372.948

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas Assembleias Gerais.

b) Aumento de capital

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a acionista CMA Terminals S.A.S. efetuou diversos aumentos de capital, conforme demonstrado a seguir:

Data	**Ações**	**Valor**
14/03/2025	**219**	**-**
22/04/2025	**2.972.477.233**	**2.972.477**
25/07/2025	**190**	**-**
03/09/2025	**532.496**	**549**
15/09/2025	**2.461.420.412**	**2.534.306**
02/10/2025	**105.352.799**	**108.472**
09/10/2025	**134.576.535**	**138.562**
16/10/2025	**199.780.507**	**207.674**
23/10/2025	**6.843.102**	**7.113**
28/10/2025	**148.120.084**	**153.972**
06/11/2025	**33.802.048**	**35.138**
13/11/2025	**25.517.744**	**26.489**
	6.088.423.369	**6.184.752**

c) Transações com acionistas não controladores

Esta reserva reflete os efeitos contábeis decorrentes da aquisição da participação remanescente de não controladores na Santos Brasil Participações S.A., cuja abertura está descrita na nota explicativa nº 7.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

Representado pelo registro contábil na controlada Santos Brasil Participações S.A. do cálculo atuarial da assistência médica complementar (nota explicativa nº 20), obedecendo ao que determina o pronunciamento técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

16. Receita operacional

A seguir, a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas nas demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, bem como a desagregação da receita, conforme segue:

	Consolidado Periodo de maio a dezembro
	2025
Receita bruta	**2.787.458**
Terminais Portuários	**2.200.651**
Operações Portuárias	**1.483.815**
Armazenagem Alfandegada	**654.536**
Carga Geral	**62.300**
Logística	**391.825**
Transportes	**22.215**
Armazenagem Alfandegada	**351.222**
Centro de Distribuição	**10.563**
Terminais Logísticos	**7.825**
Terminal de Veículos/TEV	**121.206**
Armazenagem Alfandegada	**119.134**
Carga Geral	**2.072**
Terminais de Líquidos	**73.776**
Operações Portuárias	**73.776**
Deduções da receita:	
Impostos sobre serviços	**(137.914)**
Outras	**(185.512)**
Total	**2.464.032**

17. Despesas operacionais por natureza

	Controladora		Consolidado Periodo de maio a dezembro
	2025	**2024**	**2025**
Mão de obra avulsa	**-**	-	**(31.629)**
Taxas - Companhias Docas	**-**	-	**(22.382)**
Energia elétrica	**-**	-	**(10.340)**
Combustíveis e lubrificantes	**-**	-	**(55.669)**
Fretes	**-**	-	**(50.423)**
Movimentação de veículos	**-**	-	**(24.148)**
Despesas com pessoal	**-**	-	**(469.734)**
Consultoria, assessoria e auditoria	**(210.522)**	(35.178)	**(238.459)**
Outros serviços de terceirização	**-**	-	**(59.768)**
Manutenção operacional	**-**	-	**(90.089)**
Depreciação e amortização	**-**	-	**(607.179)**
Comissões sobre vendas de serviços	**-**	-	**(125.370)**
Provisão para perdas de crédito esperadas	**-**	-	**(6.991)**
Impostos, taxas e contribuições	**(67.795)**	(1.029)	**(67.795)**
Outras despesas	**(97)**	-	**(140.276)**
Total	**(278.414)**	(36.207)	**(2.000.252)**

17. Despesas operacionais por natureza--Continuação

	Controladora		Consolidado Periodo de maio a dezembro
	2025	**2024**	**2025**
Classificadas como:			
Custo dos bens e/ou serviços prestados	**-**	-	**(1.425.614)**
Despesas com vendas	**-**	-	**(149.003)**
Provisão para perdas de crédito esperadas	**-**	-	**(6.992)**
Despesas gerais e administrativas	**(278.414)**	(36.207)	**(418.643)**
Total	**(278.414)**	(36.207)	**(2.000.252)**

18. Receitas (despesas) financeiras

	Controladora		Consolidado Periodo de maio a dezembro
	2025	**2024**	**2025**
Receitas financeiras:			
Rendimento de aplicações financeiras	**8.159**	-	**72.596**
Variações monetárias e cambiais ativas	**139.756**	-	**148.350**
Dividendos e juros sobre capital próprio	**8.572**	-	**8.572**
Valor justo da operação de Swap	**-**	-	**1.430**
Correção impostos a recuperar	**-**	-	**3.635**
Correção de depósitos judiciais	**-**	-	**2.009**
Ganho de capital	**-**	8.777	**-**
Outras receitas	**-**	-	**1.747**
Total	**156.487**	8.777	**238.339**
Despesas financeiras:			
Juros sobre debêntures e empréstimos	**(189.132)**	(286)	**(338.843)**
Variações monetárias e cambiais passivas	**-**	-	**(36.806)**
Valor justo da operação de Swap	**-**	-	**(268)**
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF sobre operações administrativas	**-**	-	**(661)**
Juros sobre arrendamento mercantil	**-**	-	**(97.385)**
Comissões e taxas financeiras	**(1)**	-	**(4.041)**
Correção Movimentação Mínima Contratual - MMC TI	**-**	-	**(4.103)**
(-) Crédito PIS / COFINS sobre juros CPC 06	**-**	-	**6.617**
Outras despesas	**(3.721)**	-	**(23.639)**
Total	**(192.854)**	(286)	**(499.129)**

19. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) - correntes e diferidos

A conciliação do IRPJ e da CSLL apropriados ao resultado é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado Periodo de maio a dezembro
	2025	**2024**	**2025**
Lucro antes da tributação	**(214.262)**	(27.716)	**228.134**
Exclusão de equivalência patrimonial	**(87.904)**	-	**-**
Lucro antes da tributação ajustado	**(302.166)**	(27.716)	**228.134**
I - Valor base - IRPJ e CSLL:	**102.737**	9.423	**(77.566)**
Alíquotas nominais de 15% IRPJ e de 9% CSLL	**75.542**	6.929	**(57.034)**
Alíquota adicional de 10% IRPJ com dedução de R$240	**27.195**	2.494	**(20.532)**
II - Efeitos das adições e exclusões permanentes de despesas e receitas	**(7.203)**	**-**	**(15.882)**
Adições permanentes:			
Remuneração variável da Diretoria	**-**	-	**(1.437)**
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos de investida	**(2.914)**	-	**(2.914)**
	(4.289)	-	**(4.289)**
Outras	**-**	-	**(7.983)**
Exclusões permanentes:			
Correção impostos - SELIC	**-**	-	**741**
III - Efeitos dos incentivos fiscais:	**-**	-	**16.033**
Incentivos fiscais	**-**	-	**16.033**
IV - Taxa efetiva:			
IRPJ e CSLL ajustados (I + II + III)	**95.534**	9.423	**(77.415)**
Alíquota efetiva	**31,62%**	34,00%	**33,93%**
V - Efeitos do IRPJ e da CSLL diferidos:	**33.116**	(9.423)	**(84.700)**
Imposto diferido sobre depreciação e amortização dos valores justos identificados em combinações de negócios	**128.650**	-	**-**
Não contabilização de prejuízos fiscais e diferenças temporárias	**(95.534)**	(9.423)	**(84.700)**
VI - Ajustes extraordinários:	**-**	-	**(4.131)**
IRPJ e CSLL de exercício anterior	**-**	-	**(4.131)**
Efeitos do IRPJ e da CSLL no resultado (IV + V + VI)	**128.650**	-	**(166.246)**
IRPJ e CSLL - correntes	**-**	-	**(307.307)**
IRPJ e CSLL - diferidos	**128.650**	-	**141.061**
Total	**128.650**	-	**(166.246)**

19. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Composição dos ativos e passivos fiscais diferidos

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2025			31.12.2025		
Ativo (passivo)	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Diferenças temporárias:						
Ajustes a valor justo de concessão adquirida em combinação de negócios	-	-	-	(709.290)	(255.345)	(964.635)
Demais ajustes a valor justo provenientes da combinação de negócios	-	-	-	42.485	15.294	57.779
Depreciação e amortização dos valores justos identificados em combinações de negócios	94.596	34.054	128.650	94.596	34.054	128.650
Provisão para perdas de crédito esperadas	-	-	-	2.724	981	3.705
Provisão para contingências	-	-	-	16.402	5.904	22.306
Amortização do ágio	-	-	-	(23.487)	(8.455)	(31.942)
Depreciação	-	-	-	(89.397)	(32.183)	(121.580)
Perda por desvalorização de ativos	-	-	-	3.241	1.167	4.408
Arrendamento mercantil	-	-	-	50.747	18.267	69.014
Provisão de fornecedores - MMC	-	-	-	72.262	26.014	98.276
Outras	-	-	-	9.872	4.300	14.172
Precatórios a receber	-	-	-	(1.965)	(709)	(2.674)
Perdas atuariais	-	-	-	(8.142)	(2.930)	(11.072)
Total	94.596	34.054	128.650	(539.953)	(193.640)	(733.593)
Ativo	94.596	34.054	128.650	143.531	51.671	195.202
Passivo	-	-	-	(682.938)	(245.858)	(928.795)

Até 31 de dezembro de 2025, os créditos fiscais diferidos sobre as diferenças temporárias são aplicáveis à Santos Brasil Participações S.A. e suas controladas Tecon Vila do Conde, Santos Brasil Logística e Terminal de Veículos/TEV.

c) Crédito fiscal de subvenção governamental

Em 2024, a controlada Tecon Vila do Conde ingressou com pedido de enquadramento no incentivo fiscal concedido pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia ("SUDAM"). A SUDAM é um benefício fiscal destinado a pessoas jurídicas titulares de projetos de desenvolvimento de infraestrutura que promovam o desenvolvimento econômico e que estejam regularmente estabelecidas nos estados abrangidos pela referida Superintendência, incluindo o Estado do Pará.

O incentivo, regulamentado pelo Decreto nº 4.212/2002, concede redução de 75% do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) pelo prazo de 10 anos, caracterizando-se como subvenção governamental.

Em 31 de dezembro de 2025, a controlada Tecon Vila do Conde possuía créditos de IRPJ e CSLL, no montante de R$612, os quais serão compensados ao longo dos próximos 12 meses.

19. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

d) Implementação global das regras do modelo "Pilar Dois" da OCDE

Em 23 de maio de 2023, o *International Accounting Standards Board* emitiu a Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois - Alterações à IAS 12 (equivalente ao CPC 32), que esclarecem que a IAS 12 (CPC 32) é aplicável aos impostos sobre a renda decorrentes da legislação tributária promulgada ou substancialmente promulgada para implementar as regras modelo do Pilar Dois publicadas pela OCDE, incluindo legislação tributária que implemente os Impostos Mínimos de Complementação Doméstica Qualificados.

No Brasil, a regulamentação do Pilar Dois em 2024 incorporou as regras de *Safe Harbor*, aplicáveis durante o período de transição (2025 e 2026), com o objetivo de simplificar a aplicação da alíquota mínima de 15% (Adicional da CSLL). A Companhia enquadrou-se nessas regras e, portanto, não houve impacto em sua tributação.

Nas jurisdições em que a Santos Brasil Participações S.A. opera e que já regulamentaram o Pilar Dois, foram adotadas regras de *Safe Harbor* às quais a Santos Brasil Participações S.A. se enquadrou, não se verificando, até a presente data, quaisquer efeitos tributários a serem reconhecidos nas demonstrações financeiras relacionados a esse tema.

20. Passivos atuariais - assistência médica complementar

Referem-se à provisão para assistência médica complementar, que reflete os custos dos planos de saúde aos empregados e diretores estatutários das controladas que farão jus ao benefício em período pós-emprego, conforme a Lei nº 9.656/98 e o pronunciamento técnico CPC 33 (R1), determinado com base em estudo atuarial.

Os cálculos atuariais, efetuados sob a responsabilidade de atuário independente Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda., tiveram como premissas básicas:

20. Passivos atuariais - assistência médica complementar--Continuação

Hipóteses	31.12.2025
Hipóteses econômicas:	
Taxa de Desconto	**7,16%**
Inflação Econômica	**3,00% a.a.**
Inflação Médica ("HCCTR")	**3,00% a.a.**
Fator Idade ("Aging Factor")	**3,50% a.a.**
Evolução do Custo Médico	**Inflação Econômica + Inflação Médica + Fator Idade**
Evolução da Contribuição	**Inflação Econômica + Inflação Médica**
Hipóteses biométricas:	
Tábua de Mortalidade	**AT-2000, segregada por sexo**
Rotatividade	**10% (Santos Brasil Logística S.A.) e 5% (Demais empresas)**
Idade de Entrada em Aposentadoria	**Homem: 65 anos** **Mulher: 62 anos**
Hipóteses de Aposentadoria	**100% na primeira elegibilidade**
Permanência na Aposentadoria	**36,55%**
Outras hipóteses	
Composição Familiar	**Participantes Ativos** **90,00% Casados** **Diferença de Idade Titular: Masculino - 3 anos mais novo e Feminino - 3 anos mais velho** **Participantes Assistidos** **Família Real**

Com base nos relatórios do atuário independente elaborados, os quais contêm os valores de despesas projetadas, as controladas registraram provisões proporcionais como segue:

	Consolidado 31.12.2025
Valor presente das obrigações atuariais	**57**
Perdas atuariais calculadas	**16.938**
Passivo atuarial líquido total a ser provisionado	**16.995**

20. Passivos atuariais - assistência médica complementar--Continuação

A movimentação dos passivos atuariais no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi como segue:

	Consolidado 31.12.2025
Saldo Inicial	-
Aquisição de controlada	**12.241**
Custo do serviço	**228**
Juros sobre a obrigação	**1.048**
Benefícios pagos no ano (-)	**(1.411)**
(Ganho) / Perda atuarial sobre as obrigações de benefício definido	**4.889**
Saldo Final	**16.995**
(Ganho) / Perda atuarial sobre as obrigações de benefício definido	**4.889**
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre (Ganho) / Perda	**(1.662)**
Efeito no patrimônio líquido	**3.227**

Análise de sensibilidade do passivo atuarial

Efeitos	Consolidado 31.12.2025
Taxa de desconto -0,5% sobre a taxa nominal	**17.715**
Taxa de desconto +0,5% sobre a taxa nominal	**14.788**
Tábua de mortalidade -10%	**17.167**
Tábua de mortalidade +10%	**15.279**
Custos médicos +1,0% sobre a taxa real de crescimento	**19.745**
Custos médicos -1,0% sobre a taxa real de crescimento	**17.697**

21. Instrumentos financeiros

Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que as controladas pretendem cobrir (câmbio, taxa de juros etc.), a qual é aprovada pelo Conselho de Administração das controladas, quando aplicável. O controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* as condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração das controladas.

21. Instrumentos financeiros--Continuação

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequadas. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os respectivos custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos.

a) Classificação dos instrumentos financeiros

		Controladora				Consolidado	
		31.12.2025		31.12.2024		31.12.2025	
	Nível de hierarquia	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo:							
Caixa e bancos	-	**15**	**15**	28.870	28.870	**25.357**	**25.357**
Mensurados pelo custo amortizado:							
Contas a receber	2	**-**	**-**	-	-	**384.899**	**384.899**
Dividendos a receber	2	**8.717**	**8.717**	-	-	**-**	**-**
Precatórios a receber	2	**-**	**-**	-	-	**7.864**	**7.864**
		8.717	**8.717**	-	-	**392.763**	**392.763**
Valor justo por meio do resultado:							
Aplicações Financeiras	2	**12.441**	**12.441**	-	-	**722.116**	**722.116**
		12.441	**12.441**	-	-	**722.116**	**722.116**
Passivo:							
Mensurados pelo custo amortizado:							
Empréstimos e financiamentos	2	**-**	**-**	-	-	**504.999**	**504.999**
Empréstimos partes relacionadas	2	**5.649.694**	**5.649.694**	-	-	**5.649.694**	**5.649.694**
Debêntures	2	**-**	**-**	-	-	**2.314.743**	**2.206.079**
Fornecedores	2	**34.006**	**34.006**	32.262	32.262	**195.425**	**195.425**
Dividendos a pagar	2	**-**	**-**	-	-	**71**	**71**
Precatórios a pagar	2	**-**	**-**	-	-	**6.292**	**6.292**
		5.683.700	**5.683.700**	32.262	32.262	**8.671.224**	**8.562.560**
Valor justo por meio do resultado:							
Swap	2	**-**	**-**	-	-	**2.641**	**2.641**

21. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Classificação dos instrumentos financeiros--Continuação

Valor justo

Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Administração da Santos Brasil Participações S.A. estabeleceu o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e o modelo de precificação de *swap* que faz o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível de informações geradas pela Administração da própria Santos Brasil Participações S.A.

O valor justo desses derivativos quando aplicável é obtido por modelo de fluxos de caixa futuros, de acordo com as taxas contratuais, descontados para valor presente utilizando as taxas de mercado. As informações utilizadas para as projeções são divulgadas pela B3 - Brasil Bolsa Balcão, BC - Banco Central do Brasil, ANBIMA, entre outros.

Instrumentos financeiros derivativos

A controlada Convicon utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteção das oscilações de passivos de curto e longo prazo, denominados em moeda estrangeira e/ou indexados ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA relativos a empréstimos e financiamentos e Debêntures. Tais operações não são utilizadas para fins especulativos.

O quadro a seguir mostra todas as operações com instrumentos financeiros derivativos existentes ou que tenham produzido efeitos financeiros. A coluna "Recebimentos/Pagamentos" mostra os valores recebidos/pagos por liquidações efetuadas ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e a coluna "Receita/Despesa" mostra o efeito reconhecido no resultado financeiro, associado às liquidações e à variação de valor justo dos derivativos no exercício:

Identificação	Valor nominal	Vencimento	Finalidade	Recebimento (pagamento)	Receita (despesa)	Valor justo Dez./2025	Ponta ativa	Ponta passiva
Consolidado	60.037	Nov./2031	Associado à IPCA	**(2.010)**	**(1.352)**	**2.641**	IPCA + 4,20%	CDI - 1,12% a.a.

21. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Risco de mercado

As políticas das controladas relativas à gestão de riscos de mercado incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado e relatórios que monitoram os riscos a que as controladas estão sujeitas.

Os resultados das controladas estão suscetíveis a variações devido aos efeitos da volatilidade da taxa de juros sobre o valor de suas participações em instrumentos financeiros.

As controladas mantêm constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados. Adicionalmente, também são analisados quaisquer outros fatores de risco e a possibilidade da realização de operações para proteção contra eles.

Em 31 de dezembro de 2025, as controladas não possuíam financiamentos denominados em moeda estrangeira.

Exposição de juros e análise de sensibilidade

As controladas gerenciam esse risco ponderando a contratação de taxas pós-fixadas e prefixadas. Essas contratações estão expostas ao risco de flutuações na taxa de juros em função da parte passiva das operações de dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexado ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de taxa de juros.

A parte passiva das obrigações com poder concedente e dos arrendamentos estão expostas ao risco de flutuação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M.

Os saldos que estão expostos à volatilidade das taxas de juros praticadas estão sendo apresentados no quadro Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração das controladas adotou para o cenário provável a taxa divulgada pela B3 das operações de dívidas referenciadas em CDI e os índices acumulados dos últimos 12 meses para os passivos atrelados IPCA e IGP-M. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

21. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Risco de mercado--Continuação

Exposição de juros e análise de sensibilidade--Continuação

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros--Continuação

				Controladora				
Operação	Risco	Taxa	Exposição	Cenário provável I	Cenário II (+) 25%	Cenário III (+) 50%	Cenário IV (-) 25%	Cenário V (-) 50%
Saldos patrimoniais								
Ativos financeiros:								
Aplicações financeiras	CDI	14,90%	**12.441**	**1.854**	**2.317**	**2.781**	**1.390**	**927**

				Consolidado				
Operação	Risco	Taxa	Exposição	Cenário provável I	Cenário II (+) 25%	Cenário III (+) 50%	Cenário IV (-) 25%	Cenário V (-) 50%
Saldos patrimoniais								
Ativos financeiros:								
Aplicações financeiras	CDI	14,90%	**722.116**	**107.595**	**134.494**	**161.393**	**80.696**	**53.798**
Swap	CDI	14,90%	**2.641**	**394**	**492**	**590**	**295**	**197**
Passivos financeiros:								
Empréstimos e financiamentos	IPCA	4,26%	**504.999**	**21.513**	**26.891**	**32.269**	**16.135**	**10.756**
Debêntures	CDI	14,90%	**634.193**	**94.495**	**118.118**	**141.742**	**70.871**	**47.247**
Debêntures	IPCA	4,26%	**1.680.550**	**71.591**	**89.489**	**107.387**	**53.694**	**35.796**
Arrendamento mercantil	IPCA	4,26%	**1.393.455**	**59.361**	**74.201**	**89.042**	**44.521**	**29.681**

Exposição de câmbio e análise de sensibilidade

A Companhia está exposta ao risco de variação cambial decorrente de seu empréstimo com partes relacionadas, denominado em dólares norte-americanos (US$). Para demonstrar a análise de sensibilidade, a Administração da Companhia utilizou como cenário provável a projeção para o ano de 2026 do Boletim Focus Banco Central divulgado em 26 de dezembro de 2025. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

				Controladora e Consolidado				
Operação	Risco	Taxa de câmbio	Exposição	Cenário provável I	Cenário II (+) 25%	Cenário III (+) 50%	Cenário IV (-) 25%	Cenário V (-) 50%
Saldos patrimoniais								
Passivos financeiros:								
Empréstimos e financiamentos	US$	R$5,50	**5.649.694**	**23.726**	**29.658**	**35.589**	**17.795**	**11.863**

21. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Risco de crédito

A provisão consolidada para perdas de crédito esperadas, em 31 de dezembro de 2025, era de R$10.898, representando 2,75% do saldo de contas a receber em aberto.

Visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, a Administração procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

	Controladora		Consolidado
	31.12.2025	**31.12.2024**	**31.12.2025**
Ativo:			
Caixa e equivalentes de caixa	**12.456**	28.870	**747.473**
Contas a receber	**-**	-	**384.899**
Aplicações financeiras	**-**	-	**18.211**
Dividendos a receber	**8.717**	-	**-**
Precatórios a receber	**-**	-	**7.864**
Total	**21.173**	28.870	**1.158.447**

d) Risco de liquidez

A Administração das controladas que julga não tem risco de liquidez, considerando a sua capacidade de geração de caixa e a sua estrutura de capital com baixa participação de capital de terceiros.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos, a fim de reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez das controladas.

	Controladora e Consolidado					
	Saldo	**Fluxo de pagamento**				
	contábil	**Fluxo**	**Até**	**De 1 a**	**De 3 a**	**De 5 a**
	31.12.2025	**esperado**	**1 ano**	**3 anos**	**5 anos**	**30 anos**
Passivo						
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	**5.649.694**	**11.480.489**	**401.391**	**802.782**	**802.782**	**9.473.534**

Os montantes do fluxo de pagamento foram determinados considerando a taxa de câmbio de fechamento em 31 de dezembro de 2025.

21. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Risco de liquidez--Continuação

	Consolidado					
	Saldo contábil 31.12.2025	Fluxo de pagamento				
		Fluxo esperado	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 30 anos
Passivo						
Empréstimos e financiamentos	**504.999**	**790.320**	**31.433**	**113.063**	**141.408**	**504.416**
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	**5.649.694**	**11.480.489**	**401.391**	**802.782**	**802.782**	**9.473.534**
Debêntures	**2.314.743**	**5.191.398**	**294.556**	**374.286**	**694.740**	**3.827.816**
Fornecedores	**228.453**	**228.453**	**195.425**	**33.028**	**-**	**-**
Arrendamento mercantil	**1.393.455**	**3.037.403**	**500.231**	**445.171**	**379.388**	**1.712.613**
Precatórios a pagar	**6.292**	**6.292**	**-**	**6.292**	**-**	**-**
Total	**10.097.636**	**20.734.355**	**1.423.036**	**1.774.622**	**2.018.318**	**15.518.379**

e) Gestão de capital

A política da Administração das controladas é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do credor e do mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração das controladas monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas dos segmentos operacionais, como também o nível de dividendos para acionistas ordinários e preferenciais.

A Administração das controladas procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente por meio do conceito do Custo Médio Ponderado de Capital ("*Weighted Average Cost of Capital* - WACC").

A dívida em relação ao capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado
	31.12.2025	**31.12.2024**	**31.12.2025**
Total dos passivos circulante e não circulante	**5.689.739**	36.047	**11.264.388**
(-) Caixa, equivalentes de caixa e outras aplicações	**(12.456)**	(28.870)	**(765.684)**
Dívida líquida	**5.677.283**	7.177	**10.498.704**
Total do patrimônio líquido	**6.241.801**	345.232	**6.241.801**
Relação dívida líquida sobre o patrimônio líquido	**0,90956**	0,02079	**1,68200**

22. Efeitos não caixa

Efeitos nas demonstrações em referência que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Caso a operação tivesse afetado o caixa, seria apresentada na rubrica do fluxo de caixa abaixo:

	Consolidado Periodo de maio a dezembro 2025
Capitalização de juros no imobilizado	**(22.740)**
(Aumento) do imobilizado do arrendamento mercantil	**(43.866)**
Transações das atividades de investimentos	**(66.606)**

23. Cobertura de seguros

A Companhia não possui seguros contratados. Os seguros das controladas listados na tabela abaixo cobrem principalmente eventos de: responsabilidade civil, bens móveis e imóveis, responsabilidade civil de empregador (RCE), perda de receita por bloqueio de berço e canal, danos elétricos, transporte de mercadorias, transporte de passageiros e embarcações, danos morais, furto e desvio de carga, danos aos cascos de embarcações e acidentes pessoais de passageiros (APPs).

	Consolidado		
Produto	**Cobertura**	**Moeda**	**Vencimento**
Seguro de operador portuário - SOP terminais portuários (*)	74.000	US$	jul-26
Responsabilidade civil - ampla	50.000	US$	
Bens móveis e imóveis	20.000	US$	
Perda de receita por bloqueio de berço e canal (1)	4.000	US$	
Seguro de operador portuário - SOP terminais granéis líquidos (*)	82.500	R$	jan-26
Responsabilidade civil - ampla	30.000	R$	
Bens móveis e imóveis	45.000	R$	
Perda de receita por bloqueio de berço e canal (1)	7.500	R$	
Seguro da frota de veículos (passeio) - por veículo	460	R$	out-26
Acidentes Pessoais Passageiros - APPs	10	R$	
Danos materiais a terceiros	200	R$	
Danos corporais a terceiros	200	R$	
Danos morais	50	R$	
Casco	100% tabela FIPE	R$	
Seguro da frota de veículos (caminhões) - por veículo	1.300	R$	out-26
Danos materiais a terceiros	500	R$	
Danos pessoais a terceiros	700	R$	
Danos morais	100	R$	
Transporte rodoviário de carga - RCTR-C	10.000	R$	out-26
Furto e desvio de carga - RCF-DC	10.000	R$	out-26
Responsabilidade civil por danos ambientais	100.000	US$	mai-27

	Consolidado		
Produto	**Cobertura**	**Moeda**	**Vencimento**
Responsabilidade civil - administradores e diretores	31.076	R$	jul-26

(*) O Seguro de Operador Portuário ("SOP"), da cobertura destes seguros, a soma de indenizações pagas não poderá exceder ao limite máximo de garantia.

(1) Consequentes de paralisação total ou parcial das atividades.

24. Compromissos assumidos pelas controladas

a) Compromisso de investimento decorrente do contrato de exploração nº 05/2021, ("Terminais de Granéis Líquidos de Itaqui/MA") com a Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP

Em razão dos contratos de arrendamento assinados em 4 de abril de 2022 e do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento nº 05/2021 ("Contrato de Arrendamento"), assinado em 2 de agosto de 2024, conforme informado no item anterior a controlada Santos Brasil Participações S.A. assumiu o compromisso no Plano Básico de Implantação de investimentos estimado no montante de R$476.174. Até 31 de dezembro de 2025, a controlada Santos Brasil Participações S.A. já investiu aproximadamente: R$715.027.

b) Compromisso de investimento decorrente do contrato de exploração do Tecon 1 com a Autoridade Portuária de Santos -APS

Em razão do 7º Termo Aditivo ("Sétimo Termo Aditivo") ao Contrato de Arrendamento do Tecon Santos ("Contrato de Arrendamento"), assinado em 31 de dezembro de 2020, a controlada Santos Brasil Participações S.A. celebrou com a União ("Poder Concedente"), por intermédio da SNPTA - Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério da Infraestrutura, que estabeleceu um novo cronograma de investimentos ao Contrato de Arrendamento, passando o prazo final de execução dos investimentos relacionados à prorrogação antecipada do Contrato de Arrendamento de 31 de dezembro de 2020 para 31 de dezembro de 2031 e investimento mínimo de R$360.000 até o final de 2022. Até 31 de dezembro de 2025, a controlada Santos Brasil Participações S.A. já investiu aproximadamente R$1.642.815.

c) Compromisso de investimento decorrentes do contrato de exploração do Tecon Vila do Conde com a Companhia Docas do Pará - CDP

Em razão do 8º Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento nº 14/2003, firmado em 16 de novembro de 2017, entre o Tecon Vila do Conde e a União Federal, por intermédio do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil ("MTPAC"), com a interveniência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("ANTAQ") e da Companhia Docas do Pará ("CDP"), cujo objeto foi à prorrogação antecipada do referido arrendamento portuário até 18 de setembro de 2033, a controlada Santos Brasil Participações S.A. assumiu o compromisso de investir até o

final do ano de 2033, o montante de R$129.044 em ampliação, equipamentos e sistemas. Os investimentos realizados até 31 de dezembro de 2025 foram no montante de R$238.645.

25. Eventos subsequentes

a) Dividendos intercalares e juros sobre capital próprio

Em 14 de janeiro de 2026, em Assembleia Geral Extraordinária - AGE da controlada Santos Brasil Participações S.A., foram aprovados:

(i) a distribuição de dividendos intercalares, com base no lucro líquido acumulado do exercício social de 2025, conforme apurado no balanço de 30 de junho de 2025, no montante total de R$391.834, a serem pagos em 23 de fevereiro de 2026 à Companhia. O referido montante será imputado ao dividendo obrigatório do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e não estará sujeito à atualização monetária; e

(ii) a distribuição de juros sobre capital próprio, calculados com base no lucro líquido acumulado do exercício social de 2025, conforme apurado no balanço de 31 de dezembro de 2025, no valor bruto total de R$28.423, sujeitos à incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte à alíquota de 17,5%, resultando em valor líquido de R$23.449, a serem pagos em 23 de fevereiro de 2026 à Companhia.

b) Constituição de joint venture portuária

Em 28 de janeiro de 2026, a controladora CMA CGM, em conjunto com o fundo global de investimentos em infraestrutura Stonepeak, anunciou a constituição da United Ports LLC, uma joint venture portuária com atuação global, voltada ao desenvolvimento e à expansão de terminais de contêineres.

No âmbito da referida operação, a Stonepeak realizará investimento aproximado de US$2,4 bilhões, passando a deter 25% de participação na joint venture, enquanto a CMA CGM permanecerá como acionista majoritária, com 75% de participação, mantendo o controle e a gestão estratégica e operacional dos ativos.

No que se refere à controlada Santos Brasil Participações S.A. não houve qualquer alteração em sua estrutura societária, controle acionário, governança, gestão ou operações, as quais permanecem sob o controle da CMA CGM. As atividades operacionais continuam sendo conduzidas normalmente e o plano de investimentos da controlada Santos Brasil Participações S.A. permanece inalterado.

A conclusão da transação está sujeita ao cumprimento das condições precedentes usuais e tem previsão para ocorrer no segundo semestre de 2026.

****